



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
BACHARELADO EM JORNALISMO

ANA CAROLINA GENEROSO CARMO

EDUCOMUNICAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA
EM CURSOS DE JORNALISMO NO NORDESTE

Salvador
2023

ANA CAROLINA GENEROSO CARMO

**EDUCOMUNICAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA
EM CURSOS DE JORNALISMO NO NORDESTE**

Trabalho de conclusão de curso de graduação em Jornalismo,
Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia,
como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rossoni

Salvador
2023

Agradecimento

Aos meus pais, Clóvis e Ana Paula, pelo apoio incondicional à minha formação. Vocês me inspiram a levantar da cama e enfrentar a vida todo dia. Eu não teria alcançado a linha de chegada sem sua confiança e carinho. Obrigada por todos os livros que já recebi de presente e por sempre acreditarem em mim, principalmente naqueles momentos em que eu não acreditei.

Igualmente, ao meu irmão, que é meu companheiro mais que perfeito nesse universo. Obrigada por me trazer chá enquanto eu estudava, mesmo quando você não estava a fim. Sou eternamente grata pela sua existência. Nunca deixe sua curiosidade pelo mundo se esvaír.

Aos meus colegas de curso, dos quais destaco alguns com muito carinho e apreço: Márcio Smith, meu parceiro de carona que virou um amigo para a vida; Sarah Cardoso, uma das pessoas mais brilhantes que já tive o prazer de conhecer; Jamile Freitas, uma artista de mão cheia e uma amiga que se faz presente nos meus pensamentos sempre; e Gleyce Nascimento, doce, querida e companheira em todos os momentos.

À equipe de Assessoria de Comunicação do TJBA, que me acolheu como uma família e me tornou a jornalista que sou hoje. Devo uma gratidão especial ao meu coordenador Moisés, um ser humano repleto de luz e bons ensinamentos; às minhas editoras Danile e Rayane, excelentes mentoras, profissionais e amigas; à Surânia, um verdadeiro anjo da guarda; à Pedro, um colega de trabalho tornado amigo por quem tenho muita admiração; e à Julia, minha companheira de mesa e eterna flor do dia.

Ao professor Ismar Capistrano Costa Filho, docente da Universidade Federal do Ceará, agradeço por doar seu tempo para conversar comigo sobre a experiência em sala de aula com Educomunicação.

Ao meu orientador, Rodrigo Rossoni, obrigada por me abrir as portas desse incrível campo e me ajudar a enxergar que eu era sim capaz de embarcar nessa jornada acadêmica.

Ao professor Ismar de Oliveira Soares, grande mestre da Educomunicação, pela solicitude e por compartilhar seu tempo e conhecimento comigo.

Por fim, a todos os profissionais e pesquisadores do campo da Comunicação e da Educação por terem desbravado o caminho que guiou esse trabalho.

CARMO, Ana Carolina Generoso. **Educomunicação: uma avaliação da disciplina em cursos de Jornalismo no Nordeste**. 2023. 68f. Monografia (graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

Resumo

O trabalho avalia a inserção e as dinâmicas da Educomunicação nas graduações em Jornalismo oferecidas por universidades federais no Nordeste, a fim de verificar os espaços que campo tem ocupado no cenário acadêmico brasileiro. Para tal, serão analisadas as grades curriculares e ementas de disciplinas de nove universidades federais: UFAL; UFBA; UFC; UFMA; UFPB; UFPE; UFPI; UFRN; e UFS. A pesquisa também se preocupa em resgatar um breve contexto histórico dos estudos sobre a interface Comunicação e Educação, assim como apontar os principais conceitos da área e seus atuais desafios. Para atualizar o tema, especificamente, junto à área do Jornalismo, conduziram-se entrevistas com professores que já lecionaram a disciplina nas instituições de ensino investigadas.

Palavras-chave: Educomunicação; Comunicação; Jornalismo; Cidadania;

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Disciplinas que abordam Educomunicação na grade curricular de Jornalismo por instituição	32
Tabela 2	Instituições que já ofereceram a disciplina em semestres letivos até 2023.1	34
Tabela 3	Ementas das disciplinas	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPEDUCOM	Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação
FACOM	Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia
MEC	Ministério da Educação
NCE	Núcleo de Comunicação e Educação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
USP	Universidade Federal de São Paulo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 POR UMA (EDU)COMUNICAÇÃO PLURAL	11
1.1 Quem são os donos da mídia?	11
1.2 Surge um diálogo entre dois campos	14
2 EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO	18
2.1 Educar pela comunicação	18
2.2 Mídias sociais, desinformação, jornalismo e o ensino superior	23
3 ANÁLISE DA EDUCOMUNICAÇÃO NOS CURSOS DE JORNALISMO DO NORDESTE	28
3.1 Percurso metodológico	28
3.2 Grades curriculares e ementas	31
3.3 COM114: educomunicação no curso de Jornalismo da UFBA	39
3.4 ICA1451: educomunicação no curso de Jornalismo da UFC	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A: ENTREVISTA ISMAR SOARES	57
APÊNDICE B: ENTREVISTA RODRIGO ROSSONI	60
APÊNDICE C: ENTREVISTA ISMAR CAPISTRANO COSTA FILHO	63
ANEXO A - UFMA Ementa COJO0115	66
ANEXO B - UFBA Ementa COM114 do semestre 2014.1	67

INTRODUÇÃO

O campo da educomunicação tem ocupado importantes espaços no cenário acadêmico brasileiro, principalmente, a partir da década de 1980, quando essa corrente teórica começou a firmar raízes na América Latina (SOARES, 2014). Essa pesquisa avalia como a disciplina de Educomunicação tem se inserido nos cursos de Jornalismo oferecidos por universidades federais do Nordeste, bem como a dimensão que ela ganha dentro do espaço acadêmico dessa graduação. Além disso, o trabalho traça um breve histórico da interface Comunicação e Educação, assim como aponta os principais conceitos da área e seus atuais desafios.

A aproximação entre as áreas da Comunicação e Educação têm sido tópico de análise e consideração por parte de escolas, pesquisadores, governos, ativistas e organizações não-governamentais, entre outras entidades, ao redor do mundo, há pelo menos 70 anos (SOARES, 2014). Esse interesse coletivo no tema tem uma clara e razoável motivação – a necessidade de fazer um acompanhamento da veloz evolução e difusão de tecnologias infocomunicacionais nas sociedades, a partir do último século.

Considerando a atual ubiquidade da internet no cotidiano dos sujeitos, é seguro afirmar que tal preocupação tem se mantido relevante, tanto no âmbito acadêmico quanto no político e no sociocultural. Afinal de contas, as tecnologias que estão disponíveis às pessoas têm um impacto significativo na realidade que estas vivenciam e, conseqüentemente, nos comportamentos e valores de determinada sociedade, assim como nos desafios que ela enfrenta.

Diversos autores defendem que a integração da comunicação ao ato educativo é essencial para o empoderamento dos sujeitos enquanto participantes da vida pública (BACCEGA, 2011; BORGES, 2017; BUCKINGHAM, 2003; FREIRE, 1983; SOARES, 2011). O crescente espaço ocupado pela internet nas sociedades contemporâneas também exige dos indivíduos, cada vez mais, competências em leitura e produção de textos midiáticos, além de habilidades específicas em comunicação, não apenas no âmbito pessoal, mas também no profissional, político e social (BUCKINGHAM, 2003; MACEDO, 2005).

Considerando a importância da Educomunicação para as áreas da Comunicação e Educação, bem como para a sociedade, quando se trata de assuntos como cidadania, emancipação e livre-expressão, é necessário indagar por quais espaços o campo tem conseguido penetrar e se fazer presente. É a partir dessa perspectiva que se justifica a relevância do presente

estudo em avaliar a inserção dessa disciplina nos cursos de Jornalismo de universidades federais nordestinas.

Isso porque essa questão é ainda mais urgente quando se trata, especificamente, do espaço do ensino superior público. As universidades federais, por serem financiadas pelo Estado, assumem um compromisso fundamental de cunho social com a população. Seja por meio da produção de conhecimento científico ou de atividades de extensão para a comunidade ao seu entorno, essas instituições, diferentemente daquelas de natureza privada, têm como missão institucional estar a serviço do cidadão.

Nesse sentido, considerando a importância de voltar o olhar para as questões locais e regionais e levando em conta que esse trabalho tem origem na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, a pesquisa estabelece como recorte para a investigação os cursos de Jornalismo oferecidos por nove universidades federais da região Nordeste; uma de cada estado, a fim de representar a região. Para compor o universo do estudo, foram consideradas: UFAL; UFBA; UFC; UFMA; UFPB; UFPE; UFPI; UFRN; e UFS.

A fim de mapear a presença da Educomunicação nas instituições de ensino pretendidas e avaliar as dinâmicas de sua inserção, serão analisadas as grades curriculares dos cursos de Jornalismo, bem como as ementas de disciplinas que abordam o tema. Essa graduação foi escolhida como recorte para a análise pois, enquanto campo acadêmico e profissional, o Jornalismo é defensor de alguns dos conceitos fundamentais da Educomunicação: a promoção da cidadania, da livre-expressão e da comunicação entre as pessoas.

Conforme o código de ética da profissão, constitui dever do jornalista lutar pela liberdade de pensamento e de expressão, bem como defender os direitos do cidadão e os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007). As Diretrizes Curriculares Nacionais para a graduação em Jornalismo determinam que, ao estudante desse curso, deve ser proporcionada uma “formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2013. p, 2).

Essa norma dispõe, ainda, que as competências cognitivas a serem trabalhadas durante o curso incluem, entre outras, “conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania”

e “compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2013. p, 3).

Tendo em vista as propostas delineadas pelo MEC e pela Federação Nacional dos Jornalistas, justifica-se a relevância da graduação em Jornalismo abordar estudos relacionados à educomunicação – um campo que, conforme o professor Ismar Soares (2011), tem como propósito construir uma educação cidadã emancipatória. Por essa razão, a presente pesquisa também tem o propósito de reiterar as contribuições conceituais que a Educomunicação pode proporcionar para ampliar os horizontes de estudantes de Jornalismo.

Destacam-se, entre os principais conceitos acionados por esse trabalho, aqueles de Educomunicação de Ismar Soares (2011), de educação *pela* comunicação de Mario Kaplún (*apud* SOARES, 2011), de educação midiática (BUCKINGHAM, 2003) e de comunicação e extensão de Paulo Freire (1983).

Para cumprir os propósitos dessa pesquisa, essa monografia se dividiu em quatro capítulos. O primeiro trata de contextualizar, historicamente, o poder exercido por famílias políticas na comunicação de massa nos estados nordestinos, além de apresentar o surgimento do campo de pesquisa da Educomunicação nas últimas décadas. O capítulo dois aborda os conceitos e valores trabalhados na área da Educomunicação, dando suporte teórico à aproximação desse campo ao do Jornalismo. O terceiro capítulo discorre sobre a metodologia de pesquisa utilizada no trabalho. Por fim, o quarto capítulo analisa as grades curriculares dos cursos e as ementas de disciplinas relacionadas à Educomunicação, assim como resgata as vivências em sala de aula por meio de entrevistas com professores.

1 POR UMA (EDU)COMUNICAÇÃO PLURAL

1.1 Quem são os donos da mídia?

Por muitas décadas, os veículos de comunicação atuantes no Nordeste foram comandados por um domínio hegemônico, homogêneo e quase incontestável de famílias políticas e oligopólios, com poucas alternativas de mídia plural e independente para informar a população. Esse cenário vem aos poucos sendo mudado, na contemporaneidade, graças a diversos fatores, entre os quais podem-se destacar: a criação gradual de cursos de Jornalismo nas universidades públicas e federais da região desde 1950; a democratização do acesso ao ensino superior por meio da Lei Federal nº 12.711/2012, que criou a política de cotas raciais e socioeconômicas para universidades públicas; e o advento da internet que trouxe consigo a possibilidade de descentralizar a comunicação.

Um exemplo positivo disso é o Mapa Cajueira (FERRO, 2023), site interativo elaborado por um estudante graduando em Jornalismo da UFC que visa oferecer uma curadoria de conteúdos produzidos pelo jornalismo independente dos estados do Nordeste. A título de ilustração, conforme as informações do site, o estado da Bahia é o que atualmente mais tem veículos cadastrados na base de dados Atlas da Notícia. São 826, no total, dos quais o Mapa da Cajueira destaca brevemente 12 opções para quem procura alternativas de jornalismo independente, com hiperlinks para facilitar o acesso.

Mas o cenário do jornalismo na região nem sempre foi assim. O Nordeste é historicamente marcado por grandes desigualdades sociais e econômicas e pelo abuso do poder político para cercear a livre-expressão e sabotar a educação pública, desde a época dos coronéis até os dias atuais com o “coronelismo eletrônico” (GALLAS, 2018). Essa não é uma realidade exclusiva da região, no contexto brasileiro, mas ainda assim é merecedora de destaque ao se analisar quem, até os dias de hoje, são os proprietários dos meios de comunicação que concentram maior audiência, filiais e financiamento.

Em uma matéria concisa e esclarecedora, publicada na revista *Le Monde Diplomatique* Brasil, Luciano Gallas faz um breve retrato histórico da formação das redes de televisão durante a época da ditadura militar e aponta a atuação de algumas famílias políticas no controle das mídias, destacando a inconstitucionalidade desse envolvimento:

“O artigo 54 da Constituição estabelece que deputados e senadores não podem ser ‘proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público’, como é o caso da radiodifusão – as empresas de comunicação operam nos meios rádio e televisão mediante concessão do Estado, já que o espaço eletromagnético ocupado pela propagação do sinal das emissoras é um bem público. Quando a norma constitucional não é respeitada e políticos se tornam proprietários de emissoras de TV e rádio, o direito de acesso à informação é violado, o debate de ideias é comprometido e há propensão a favorecimentos políticos”. (GALLAS, 2018).

Entre os casos de famílias políticas donas ou ligadas a donos de empresas midiáticas que o autor apresenta estão o potiguar Fábio Salustino de Mesquita Faria e o baiano Antônio Carlos Magalhães (ACM), dois indivíduos que já chegaram a ocupar o cargo de ministro das Comunicações no Brasil.

Fábio Salustino de Mesquita Faria, deputado federal pelo Rio Grande do Norte de 2007 a 2023 e 23º ministro das Comunicações, é casado com a filha do empresário Senhor Abravanel, dono do Grupo Sílvio Santos que possui a emissora SBT, além de negócios no ramo de hotelaria, imobiliária, cosméticos e finanças. Fábio é filho de Robinson Faria, um político com extensa história na política potiguar, tendo ocupado os cargos de deputado estadual por 24 anos, presidente da Assembleia Legislativa por sete anos, governador, vice-governador e, atualmente, deputado federal.

No caso baiano, a família Magalhães é fundadora e proprietária da Rede Bahia, formada pela afiliada da Rede Globo – TV Bahia – e pelo jornal Correio da Bahia, desde 1975. E o envolvimento do patriarca, ACM, na política brasileira não só foi extenso, como também abriu o caminho para os seus descendentes seguirem na carreira. Em seus 79 anos de vida, foi governador do estado por três mandatos, senador pela Bahia por dois mandatos, presidente do Senado Federal, ministro das Comunicações, presidente da empresa pública Eletrobras e prefeito de Salvador. Seu neto também foi prefeito de Salvador e deputado federal por três mandatos. Um de seus filhos, Luís Eduardo Magalhães, foi deputado estadual e federal, e o outro, Antônio Carlos Magalhães Júnior, além de presidente da Rede Bahia, também foi senador duas vezes. Entre os anos de 2001 e 2003 e 2007 e 2011, ocupou a vaga do seu pai, ACM, como senador pela Bahia.

E esses são apenas dois casos entre diversos na história nordestina que exemplificam o domínio da imprensa por interesses financeiros e políticos daqueles que são proprietários dos meios. Afinal de contas, para se eleger tantas vezes é preciso manter uma boa imagem pública.

E que forma melhor de fazer isso do que controlando o que é dito sobre você e seus adversários frente ao eleitorado no jornal?

O autor destaca que em muitos estados brasileiros, as emissoras afiliadas das grandes redes nacionais – aquelas que concentram a propriedade dos meios de comunicação – são controladas por famílias tradicionais no meio político, por meio da prática do coronelismo eletrônico. Por esse conceito, o autor entende famílias que exercem “controle político sobre a população e os próprios agentes públicos a partir dos meios de comunicação, nas áreas geográficas sob influência e alcance dos respectivos ‘coronéis’” (GALLAS, 2018).

Nesse cenário, onde a concentração e hegemonia dos meios de comunicação nas mãos de um pequeno grupo de poder está somada à influência política exercida em detrimento ao direito público e aos interesses coletivos, existe também outro grave problema: a falta de transparência. Isso porque os dados relacionados à propriedade das mídias não são facilmente acessíveis ao público, apesar de constituírem matéria de concessão do Estado e, portanto, serem de interesse público.

Numa tentativa de trazer essas informações à luz, um estudo realizado pelo Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social (2017), aponta que o sigilo em relação ao tópico é um problema histórico no país. De dez indicadores analisados de risco à pluralidade na mídia, sete estão em risco alto ou médio para alto, incluindo: concentração de audiência, transparência na propriedade da mídia, concentração de propriedade cruzada, controle político sobre o financiamento da mídia e controle político sobre veículos e redes de produção.

“Somente nas eleições de 2016, pelo menos 216 controladores de emissoras de rádio de alcance local se candidataram ao cargo de prefeito. Entre eles, 94 se elegeram, o que equivale a 43,5% do total de candidatos. Essa situação demonstra por si só o desequilíbrio causado para o jogo democrático quando os meios de comunicação são usados de modo a favorecer os interesses privados de um grupo ou família específicos, em detrimento da coletividade.” (GALLAS, 2018).

Uma mídia comprometida com interesses políticos particulares não é capaz de exercer um papel verdadeiramente democrático na regulação dos três poderes, nem prover informação de qualidade para orientar a tomada de decisões na vida pública. De fato, a concentração de audiência e propriedade exercem um poder antagônico aos valores do jornalismo plural, independente e comprometido com a comunidade. É preciso levar em conta esse contexto ao

pensar nos cursos de Jornalismo oferecidos no Nordeste, sobretudo nas universidades públicas, e nos caminhos que eles ainda têm para trilhar.

O primeiro curso de ensino superior voltado para o Jornalismo na região Nordeste foi criado em 1950 na UFBA – o terceiro a ser implementado no Brasil. Mas foi apenas nas décadas subsequentes, sobretudo a partir de 1970, que as universidades federais dos outros estados nordestinos foram inaugurando seus próprios cursos¹. O mais recente foi implementado há 17 anos, na UFMA. Não houve uma onda homogênea de instalação de cursos de Jornalismo na região, tampouco podemos comparar o tempo de fundação e maturação dessas graduações sem analisar as situações particulares de cada estado e instituição de ensino.

Afinal, o Nordeste é um território extenso composto por nove estados e marcado por realidades sociais, políticas, históricas e econômicas plurais. Do mesmo modo que existem aproximações que facilitam e frutificam a análise desses cursos e do mercado midiático dos seus estados em conjunto, a existência da diversidade também precisa ser levada em consideração.

É a partir desse contexto histórico da mídia e imprensa hegemônica na região que esta pesquisa visa avaliar a inserção da disciplina de Educomunicação no currículo dos cursos de Jornalismo. Como será exposto no tópico a seguir, o campo da educomunicação surge com um desejo que é a antítese daquilo almejado pelo coronelismo eletrônico – a emancipação pelo conhecimento, a livre-expressão, a construção da cidadania e a democratização dos meios de comunicar. As possibilidades de diálogo entre esse campo e o jornalismo, apesar de ainda pouco exploradas, são inúmeras.

1.2 Surge um diálogo entre dois campos

O conceito de educomunicação atualmente em uso no Brasil, bem como a definição da sua área de estudo e prática, pode ser atribuída ao importante trabalho do professor Ismar Soares e dos pesquisadores do NCE-USP na década de 1980 e 1990. No entanto, as investigações

¹ Em ordem cronológica de fundação, temos os cursos voltados para o Jornalismo da UFBA (1950), UFRN (1962), UFC (1965), UFPB (1977), UFAL (1978), UFPE (1984), UFPI (1984), UFS (1993) e UFMA (2006). Esses dados foram retirados dos projetos pedagógicos dos cursos, bem como das informações disponibilizadas nos portais e Sistemas de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) das instituições de ensino.

acerca da interface Comunicação e Educação no Brasil, na América Latina e ao redor do mundo são muito mais antigas (SOARES, 2014).

Para um relato detalhado e completo dos aspectos históricos em torno do surgimento desse campo, recomenda-se a leitura do artigo do professor Ismar Soares (2014), publicado na revista *Comunicação & Educação* da USP, que sintetiza as suas intervenções durante VI Encontro Brasileiro de Educomunicação, ocorrido na cidade de São Paulo, em 2013. A fim de oferecer uma breve contextualização sobre o assunto, essa pesquisa retoma os principais pontos daquele texto.

Conforme o autor, na década de 1970, a Educação Midiática ou *Media Literacy* – disciplina que precedeu a Educomunicação na interface Comunicação e Educação – teve projetos de referência desenvolvidos na Inglaterra, Austrália e Canadá, com o apoio dos respectivos governos de cada país. David Buckingham (2003), acadêmico inglês, também aponta os anos 1960 e 1970 como um período de aceitação e difusão da disciplina em seu país. Já na América Latina, apesar de permanecer restrita à atuação, principalmente, de organizações não-governamentais, projetos e ideias relacionados à Educação Midiática remontam aos anos de 1960:

Na América Latina, o tema não chegou a ganhar status de política pública, permanecendo restrito à iniciativa de indivíduos, grupos isolados ou instituições formadas por religiosos, educadores, acadêmicos ou ativistas políticos do Movimento Popular, sem nunca ter provocado um consenso sobre metas, objetivos ou metodologias. (SOARES. 2014. p, 16)

Considerando essa falta de consenso, Soares (2014) destaca que os programas de Educação Midiática no mundo, historicamente, se filiaram a um de três protocolos básicos: moral, cultural ou mediático (educativo).

Surgido nos anos de 1930, o protocolo moral visa restringir o que considera uma perigosa influência da mídia massiva nos indivíduos, sobretudo nas crianças e jovens (SOARES, 2014). Conforme Buckingham (2003), essa corrente visa incentivar os estudantes a consumir a cultura culta e a resistirem e discriminarem contra a cultura popular, oriunda da mídia de massa, tida como inferior.

O protocolo cultural, por sua vez, reconhece a importância das novas tecnologias de informação como parte da cultura contemporânea e acredita que os indivíduos podem ser

imunizados contra os efeitos excessivos das mídias através do estudo e desenvolvimento de senso crítico (BUCKINGHAM, 2003) (SOARES, 2014).

O protocolo mediático ou educomunicativo tem uma história mais recente. Conforme Soares (2014), ele se estabeleceu na América Latina, desde os anos 1980, a partir da ideia de que o processo comunicativo e não a mídia em si é que deve ser o foco dos estudos em torno da Comunicação e Educação. Nesse sentido, a Educomunicação tem como objetivo e prática “o fortalecimento da capacidade de expressão de crianças e jovens” (SOARES. 2014. p, 18).

Em torno dessa proposta, elaborou-se uma corrente teórica fundamentada na interdiscursividade e na comunicação humana e dialógica:

Para que a meta seja alcançada, todas as formas de comunicação são objeto de análise, desde a interpessoal, a familiar, passando pela escolar, até chegar à midiática massiva. Na escola, o que se propõe é a revisão das disfunções comunicativas oriundas das relações de poder, buscando-se formas democráticas e participativas da gestão escolar, com o envolvimento das novas gerações. (SOARES. 2014. p, 18).

Sobre as relações de poder que perpassam o ato comunicativo, sobretudo no âmbito da Educação, Freire (1983) adverte contra a prática do extensionismo. Formulada a partir de uma experiência com camponeses chilenos num contexto de reforma agrária, a posição que o educador brasileiro defende é compartilhada pela lógica educomunicativa, que preza pelo empoderamento dos indivíduos como participantes ativos da vida pública e da cidadania (BUCKINGHAM, 2003) (CITELLI, COSTA, 2011).

A educação que, para ser verdadeiramente humanista, tem que ser libertadora, não pode, portanto, caminhar [no sentido do extensionismo]. Uma de suas preocupações básicas, pelo contrário, deve ser o aprofundamento da tomada de consciência que se opera nos homens enquanto agem, enquanto trabalham. [...] Assim como a tomada de consciência não se dá nos homens isolados, mas enquanto travam entre si e o mundo relações de transformação, assim também somente aí pode a conscientização instaurar-se. (FREIRE. 1983. p. 52)

Retomando a retrospectiva de Soares (2014), em 1979, a UNESCO lançou o Projeto Principal de Educação na América Latina e Caribe, após reunir líderes e especialistas do continente acerca do tema – iniciativa que impulsionou outras atividades do tipo para apoiar educadores e pesquisadores latino-americanos ao longo da década de 1980 (SOARES, 2014). Dentre elas, Soares (2014) destaca o Encontro de Las Vertientes, realizado no Chile, em 1990, como marco do afastamento da perspectiva moralista e manipulatória de até então.

O texto conclusivo do referido Encontro de Las Vertientes traz o sinal das mudanças: o título do relatório já não falava mais em “Educação para a televisão” ou para outra mídia em particular, mas em “Educação para Comunicação”, esta entendida como fenômeno essencialmente humano e político. (SOARES. 2014. p, 21).

No decorrer da década de 1990, é importante lembrar da pesquisa pioneira promovida pelo NCE-USP, em 1996, em conjunto com especialistas de 12 países da América Latina e países da Península Ibérica para descobrir o perfil de coordenadores de projetos e profissionais da área de interface Educação e Comunicação.

Dois anos depois, reunindo 1.500 pessoas, com especialistas de 30 países, o NCE-USP e o WCME – World Council for Media Education promoveram, em 1998, o I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação em São Paulo (SOARES, 2014). O evento, que permitiu o encontro de pesquisadores de linhas de pensamento distintas, rendeu uma tese doutoral para o acadêmico Joseph Sagayaraj Devadoss, que considerou o Congresso Internacional de São Paulo “um dos cinco eventos mais importantes ocorridos em todo o mundo sobre o tema da Media Education, na década de 1990” (SOARES. 2014. p, 22).

Soares (2014) aponta que o reconhecimento da legitimidade da Educomunicação e da Educação Midiática, graças à dedicação de diversos profissionais no Brasil e no mundo, ao longo desses anos, abriu portas para as disciplinas no âmbito da educação formal e das políticas públicas, como no caso do Educom.rádio, da Secretaria de Educação do Município de São Paulo. Em 2004, o projeto passou a integrar o currículo do ensino fundamental municipal – Lei 13.941, de 12/2004 – e assim permanece até hoje (SÃO PAULO, 2004).

Para encerrar a presente retrospectiva histórica, sem implicar de forma alguma que o tema se esgota aos pontos abordados neste capítulo, em caráter mais recente, é necessário destacar o marco histórico da criação, em 2011, da primeira e, atualmente, única licenciatura em Educomunicação do país na USP (GRADUAÇÃO... 2023). A formalização da Educomunicação no ensino superior demonstra um avanço positivo e uma valorização da área dentro da perspectiva acadêmica, suscitando indagações sobre que outros espaços podem e devem ser ocupados pelo campo no futuro.

2 EDUCOMUNICAÇÃO: UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO

2.1 Educar pela comunicação

As investigações acerca da interface Comunicação e Educação na América Latina são fortemente marcadas pela influência de pensadores de ambas as áreas do conhecimento, com especial destaque para Paulo Freire, Jesús Martín-Barbero e Mário Kaplún – esse último que originalmente cunhou o termo educomunicador. No Brasil, Ismar de Oliveira Soares e os demais pesquisadores do NCE-USP deram continuidade a esses estudos, fundamentando um conceito de educomunicação embasado na interdiscursividade e num modo de educar dialógico.

Em um artigo elucidativo intitulado Educomunicação: um campo de mediações, publicado originalmente na revista Comunicação & Educação, em 2000, Soares (2011) traça o perfil deste novo campo em meio ao contexto global de acelerada e volátil progressão infotecnológica. O autor leva em consideração as potencialidades e os desafios para a aplicação de práticas educomunicativas no ensino brasileiro e propõe uma verdadeira revisão do sentido da ação comunicativa presente no ato educativo.

A demanda por uma revisão deste escopo está atrelada à crise percebida pelo autor no campo da educação, que chega ao século XXI “sem, contudo, ter gestado e gerenciado processos de inter-relação cultural que a coloque em sintonia com o novo mundo que a rodeia” (SOARES. 2011. p, 16). Ele contextualiza:

A história nos ensina, na verdade, que tanto a educação quanto a comunicação, ao serem instituídas pela racionalidade moderna, tiveram seus campos de atuação demarcados, no contexto do imaginário social, como espaços independentes, aparentemente neutros, cumprindo funções específicas [...]. A Pós-Modernidade não substituiu, mas apenas reagendou a cosmovisão própria da Modernidade. Continua a reforçar a crença na ordem mundial, agora comandada por uma nova razão, a razão técnica, e pelo predomínio da informação. (SOARES. 2011. p, 14).

Isso significa que tanto a ação comunicativa quanto o ato educativo partem do princípio – e elaboram por meio de sua prática – o conceito de racionalidade humana. O autor argumenta que a construção dessa racionalidade é um elemento estruturante e paradigmático para os campos da Comunicação e da Educação. Nesse sentido, ele aponta um grave problema. A razão herdada da Modernidade não condiz com as realidades culturais vivenciadas, atualmente, pelo

indivíduo na sociedade. Essa seria a principal causa das incongruências vividas pelos alunos no modelo educacional ainda exercido nas escolas.

O descompasso entre os métodos de ensino impostos pela escola e os interesses dos alunos também foi identificado pelo professor e pesquisador Jesús Martín-Barbero, que questiona a validade desse modelo de aprendizagem rígido que prioriza o ensino seriado. O autor, um dos pioneiros nos estudos da interface Comunicação e Educação na América do Sul, afirma de maneira contundente: “A escola está perdendo importância por ser incapaz de interagir com o horizonte cultural dos jovens” (MARTÍN-BARBERO *apud* BACCEGA; FÍGARO, 2011. p, 210).

Numa realidade global marcada pela ascensão das tecnologias da informação e das redes sociais, o fenômeno apontado por David Buckingham há cerca de 20 anos se torna cada vez mais pulsante. Os educadores não ocupam mais a posição de detentores únicos de um conhecimento também único, com a autoridade para impor normas e valores culturais aos alunos, mas devem sim exercer o papel de intérpretes que “tornam disponíveis múltiplas realidades e formas diversas de percepção e conhecimento” (BUCKINGHAM. 2003. p, 16) (tradução minha).

Descentralizar as dinâmicas de poder dentro da sala de aula, a fim de tornar o processo educativo condizente com uma proposta mais humana, emancipadora e cidadã, implica em repensar o papel do aluno. Este é convidado a ocupar uma posição ativa e de maior protagonismo na sua própria educação. Conforme o autor, a sala de aula contemporânea representa uma arena social onde professores e alunos disputam, constantemente, pelo direito de definir significados e identidades.

A sala de aula não é um lugar neutro de inquérito científico desprovido de paixão, onde uma ‘verdade’ objetiva pode ser facilmente determinada. Ao contrário, é uma arena social onde alunos e estudantes disputam, constantemente, pelo direito de definir significados e identidades. (BUCKINGHAM. 2003. p, 48) (Tradução minha) ²

² “The classroom is not a neutral space of dispassionate scientific enquiry, in which objective ‘truth’ can be easily established. On the contrary, it is a social arena in which students and teachers engage in an ongoing struggle over the right to define meaning and identity”.

Sobre esse crescente desafio cultural, calcado nas diferenças entre as gerações e na rápida evolução tecnológica, que contesta a legitimidade da escola como detentora única do conhecimento, Martín-Barbero elucida:

É a noção de saber que muda. Seria necessário voltar a ler a *Arqueologia do saber*, de Foucault, para ver que, realmente, o que se deve introduzir é a nova noção de saber. Isso faz com que, no campo da comunicação-educação, se encontre algo que aparentemente não estava em nenhum dos dois. (MARTÍN-BARBERO apud BACCEGA; FÍGARO. 2011. p, 209).

Martín-Barbero (2011) reforça a demanda por uma nova forma de pensar o ato educativo, pautado em uma comunicação dialógica que seja capaz de compreender e se apropriar da expressiva capacidade das novas gerações de realizar elipses no processo cognitivo. Sobre o surgimento de novas mídias, como a televisão, o autor afirma que representam novos modos de produção do conhecimento, não apenas novos modos de armazenar conhecimento.

Conforme essa linha de raciocínio, deve-se estender essa consideração, também, para as redes sociais e as mídias digitais, que vêm desempenhando um papel protagonista na vida sociocultural, política e econômica dos indivíduos. Assim como a televisão, as redes sociais agendam temas importantes sobre o país e o mundo e, portanto, devem ser acolhidas pela escola como um espaço de produção e apreensão da cultura.

Soares (2011) compartilha desse posicionamento, concedendo à comunicação de massa, inclusive, a função de eixo que atravessa as novas condições da sociedade de pensar e organizar. Ambos os autores identificam a importância de atualizar o ensino, enquanto prática, por meio da interdiscursividade e de ações comunicativas dialógicas e relacionais, reconfigurando os papéis tradicionais atribuídos aos alunos e ao professor.

Acerca das mudanças culturais que tensionam o modelo de sala de aula consagrado pela Modernidade, Martín-Barbero afirma:

Isto é, antes os jovens iam à escola aprender a ler e a escrever. Agora, chegam à escola com novas linguagens, novos modos de ler e escrever que a escola não quer acolher. Não sabe, não entende, é outra coisa. O problema básico da escola é abrir-se para novas linguagens. Mas abrir-se, como dizíamos, não de forma instrumentada, mecânica, modernizante, apenas como adorno. (MARTÍN-BARBERO apud BACCEGA; FÍGARO. 2011. p, 208)

Para Soares (2011), a educomunicação surge, então, como um campo integrador com o propósito de investigar a área de confluência entre os campos tradicionais da Educação e Comunicação, por meio do eixo construtor da interdiscursividade. Ancorado no pensamento de Paulo Freire, o autor postula que a comunicação seja vista como modo dialógico de interação do agir educacional.

Isto é, para o campo da Educomunicação, é fundamental o que afirma Freire – que a comunicação é o local onde se expressa a coparticipação dos sujeitos no ato de pensar. É por meio do diálogo e da interdiscursividade que se dá a verdadeira construção do conhecimento e da educação para as transformações radicais. Afinal: “O sujeito pensante não pode pensar sozinho [...] É o ‘pensamos’ que estabelece o ‘penso’ e não o contrário” (FREIRE. 1983. p, 45).

Para ser humana e libertadora, a educação precisa então ser um ato social, potencializando diálogos entre indivíduos para a tomada de ação em favor de efetivar valores e direitos cidadãos. Por esse motivo, a Educomunicação e o Jornalismo são campos acadêmicos com grande aproximação. Ambos compartilham uma preocupação ética e prática com a vida pública e com o empoderamento dos indivíduos, por meio da informação e da educação, para tomar decisões que a afetam.

Há duas décadas, David Buckingham já afirmava que “saber fazer uso das mídias modernas é um requisito para participar ativamente da vida pública” (BUCKINGHAM. 2003. p, 5) (tradução minha). O autor considera o entendimento crítico e a participação ativa elementos-chave a serem desenvolvidos pelo estudante na escola, a fim de prepará-lo para lidar com as realidades do seu cotidiano, atravessadas pelas mídias.

Assim como Buckingham, outras autoras como Borges (2017) e Macedo (2005) corroboram com a noção de que o letramento midiático contribui de forma significativa para a avaliação crítica e o exercício da cidadania dos indivíduos. Martín-Barbero (2011. p, 207) também clama por “uma educação que permita que a maioria dos cidadãos possa ser, no melhor sentido da palavra, competente na sociedade”.

Ser competente na sociedade envolve, necessariamente, estar ciente e bem-informado sobre os acontecimentos contemporâneos; compreender os impactos e possíveis ramificações destes para a vida pública; e possuir capacidade para tomar decisões pensando na coletividade. Sob essa ótica, as práticas educacionais apresentam elevado grau de importância tanto para

as sociedades atuais quanto para o exercício do jornalismo, que se ocupa de produzir notícias, informar e tornar compreensível assuntos de interesse público da contemporaneidade.

Se o resultado que se procura com a educação para os media é a literacia mediática e se esta é, por sua vez, essencial ao exercício de uma cidadania constitutiva do Quinto Poder, interessa compreender as virtudes decorrentes da relação entre as pessoas e os media de modo a maximizá-las, quer através dos processos que lhe são inerentes, quer através dos resultados que esta relação produz. (MACEDO, 2005)

A ação social, segundo Buckingham (2003), está diretamente relacionada à operação de poder dentro da sociedade e, portanto, qualquer tipo de letramento, inclusive o midiático, não trata apenas da produção de significados simbólicos, mas também de como esses valores inevitavelmente se materializam e enunciam relações de poder.

É inviável, em uma democracia contemporânea, insistir em um modelo de educação que não contempla os princípios e os objetivos do campo da educomunicação. Martín-Barbero expressa a relevância da interface Comunicação e Educação de maneira contundente: “Existe uma necessidade de globalizar, de articular um mundo que está se rompendo em pedaços. Acho que a comunicação, aqui, ampara esse reencontro com uma necessidade de articulação” (MARTÍN-BARBERO apud BACCEGA; FÍGARO. 2011. p, 202).

Em um artigo publicado originalmente na revista Comunicação & Educação, em 2009, Maria Aparecida Baccega defende que os meios, assim como a família e a escola, são uma agência de socialização e, portanto, também exercem o papel de educadores, passando por eles “também a construção da cidadania” (BACCEGA. 2011. p, 32). Nesse sentido, os veículos de jornalismo, como parte da mídia, também participam da educação da população.

A pesquisadora afirma que, graças aos meios, gerações distintas têm acesso aos mesmos bens simbólicos, o que gera impactos significativos nas demais agências de socialização e, conseqüentemente, na realidade social. Por essa razão, assim como vários outros autores, ela aponta para a necessidade e o desafio de reconhecer os meios de comunicação como um lugar legitimado do saber.

Conforme Baccega, “É no espaço que se constitui entre as agências de socialização que os sentidos são ressemantizados” (BACCEGA. 2011. p, 33). Portanto, argumenta a autora, a educomunicação não se resume aos seus componentes – educação para os meios, leitura crítica,

uso de tecnologia em sala de aula, formação do professor para o trato com os meios, et cetera – mas exerce, sim, o papel fundamental de construção de cidadania.

Mario Kaplún, estudioso argentino precursor da Educomunicação, enxerga nesse campo a função de subsidiar a Educação com os métodos e procedimentos necessários para formar a competência comunicativa do educando; ele afirma: “Não se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas de que a própria comunicação se converta na vértebra dos processos educativos” (*apud* SOARES. 2011. p, 23). Isto é, o autor aponta para a urgente necessidade de se educar *pela* comunicação e não *para* a comunicação.

2.2 Mídias sociais, desinformação, jornalismo e o ensino superior

Dentro do campo da Educomunicação, Soares (2011) identifica quatro áreas principais de intervenção social: a educação *para* a comunicação; mediação tecnológica na educação; gestão da comunicação no espaço educativo; e a reflexão epistemológica sobre a inter-relação comunicação/educação como fenômeno cultural emergente. Ressalta-se que as áreas apontadas pelo autor têm apenas a função didática de sistematizar os principais pontos de materialização do domínio da educomunicação e de maneira alguma esgotam as potencialidades do campo.

Posto isso, considerando os objetivos desse trabalho, é proveitoso aprofundar um pouco mais na exposição sobre duas áreas: educação *para* a comunicação e gestão da comunicação no espaço educativo. Ambas têm grande relevância para auxiliar no entendimento do porquê é proveitoso incluir a Educomunicação no espaço acadêmico do Jornalismo, assim como das contribuições do campo para a atuação de jornalistas. Esses pontos irão guiar o processo de avaliação da pesquisa sobre a inserção e as dinâmicas assumidas pela disciplina no curso de Jornalismo.

Primeiro, do que se trata educar *para* a comunicação?

Buckingham (2003) define a disciplina da educação midiática como um processo que visa desenvolver, nos estudantes, uma competência abrangente em relação a sistemas simbólicos de texto, imagem e som, que não deve ser confundida com educação “*por meio da*

ou *com* as mídias” (BUCKINGHAM. 2003. p, 4) (grifo do autor)³, algo que equivaleria à simples mediação tecnológica na educação. Isto é, para promover uma educação midiática, não basta que o governo distribua tablets para os alunos da rede municipal e estadual, nem aumentem a banda larga da internet disponibilizada nas escolas; uma prática que os governantes atuais adoram publicizar.

Claro que esse tipo de investimento é de suma importância para combater a vulnerabilidade digital e modernizar a infraestrutura das escolas, proporcionando maior acesso aos meios de conexão em comunidades periféricas. Mas, por si só, entregar um tablet carregado com *e-books* didáticos para um aluno não lhe proporciona nada a mais que entregar os mesmos livros no formato físico. O acesso à internet sem uma educação *para* a internet não confere, automaticamente, competências em relação aos sistemas simbólicos mencionados por Buckingham (2003). É preciso ensinar a distinguir a veracidade de conteúdos on-line, a entender o funcionamento dos mecanismos de busca, o enviesamento dos algoritmos nas plataformas e os interesses financeiros e políticos em ação por trás das redes.

Enquanto é importante desconstruir os sistemas de desigualdade para que todos os alunos possam realizar tarefas simples, como buscas na internet para estudar ou realizar o dever de casa, em igual peso, é necessário compreender que esses indivíduos precisam também de uma formação bem-elaborada, voltada para capacitar, empoderar e conferir autonomia aos seus usos das mídias digitais.

A noção de letramento midiático ou literacia midiática seria então o resultado desse processo de “ensino e aprendizagem *sobre* as mídias” (BUCKINGHAM. 2003. p, 4) (grifo do autor)⁴, que toma a forma de conhecimentos e competências para ler, interpretar e produzir mídia, criticamente, dentro do seu cotidiano (BUCKINGHAM, 2003); (BORGES, 2017).

Isso passa pelo fomento, dentro do ambiente escolar, do consumo e da reflexão aprofundada sobre as formas culturais contemporâneas – como vídeos no TikTok, músicas, séries, plataformas de streaming, notícias e veículos de imprensa – assim como a criação de produtos midiáticos tanto para fins educativos quanto lúdicos.

³ “*Through or with the media*” (tradução minha).

⁴ “*Teaching and learning about the media*” (tradução minha).

De fato, Buckingham (2003) reforça que o paradigma em torno da disciplina busca desenvolver a participação dos estudantes na cultura midiática, aproveitando seus conhecimentos prévios sobre o assunto para que construam reflexões particulares sobre seus papéis enquanto leitores e escritores de textos midiáticos.

Borges (2017) argumenta que, ao considerar o ambiente midiático contemporâneo, sobretudo o crescente fluxo informacional, torna-se necessário contemplar não apenas a demanda por competência em informação, mas também por competência em comunicação, assim como entender que ambas tendem a convergir com recorrência na forma de competências infocomunicacionais. Ela propõe que seja reconhecido, de maneira mais expressiva, a noção de que literacia midiática abarca competências em comunicação.

Pensar em habilidades comunicativas, dentro do contexto da educação midiática, significa reconhecer a atual ascendência das mídias digitais, sobretudo das redes sociais. Retorna-se, aqui, ao ponto destacado por Borges (2017) sobre a importância do uso de interlocução para a literacia midiática, não bastando apenas as competências operacionais e informacionais – como simplesmente saber operar as funções de um smartphone ou procurar a previsão do tempo na internet.

Atualmente, parte crescente das relações sociais são construídas e aprimoradas a partir de redes e comunidades virtuais. O ciberespaço oferece oportunidades de encontrar parceiros para causas sociais e aprendizagem colaborativa, por exemplo, ultrapassando barreiras físicas ou geográficas. Cada vez mais é comum encontrar-se neste espaço, aprendizagem e colaboração, mas também conflitos e dificuldades de comunicação. Ou seja, a tecnologia *per si* não realiza a comunicação. (BORGES. 2017. p, 30)

A autora afirma que a tecnologia estabelece a ponte ou o canal por meio do qual a comunicação pode ocorrer, mas não realiza, por si só, a comunicação. Assim, tornar um indivíduo competente em relação a sistemas simbólicos de texto, imagem e som (BUCKINGHAM, 2003), como propõe a educação midiática, implica em capacitá-lo para interpretar, produzir e ser compreendido dentro desses sistemas simbólicos, numa relação sobretudo de diálogo.

A relevância desse ponto não deve ser subestimada. Desde 2007, com o lançamento do primeiro modelo de iPhone e o início de uma década de rápidas transformações tecnológicas, culturais e sociais, as pessoas ao redor do mundo têm estado cada vez mais conectadas à internet, principalmente, por meio de smartphones. Segundo a pesquisa Global Digital

Overview, da DataReportal, dados de abril de 2022 indicam que 63% da população mundial é usuária da internet e que, destes usuários, cerca de 92% realiza o acesso por meio de smartphones.

Em sua coluna de tecnologia e sociedade, no jornal Nexo, a escritora e educadora Januária Cristina Alves cita uma pesquisa publicada na revista *Scientific American*, intitulada Crianças em idade escolar estão sendo vítimas de desinformação e fantasias conspiratórias⁵, que aponta que estudantes têm sido vítimas frequentes de desinformação (MOYER, 2022). Às considerações da pesquisa, Alves complementa: “nascer com o dedinho que desliza fácil no tablet ou no celular, ou ter as informações do mundo inteiro a um clique de distância não garante que se tenha condições críticas de circular com segurança no universo online” (ALVES, 2022).

Crianças, no fim das contas, são alvos fáceis para *fake news*. Crianças usualmente começam a crer em teorias conspiratórias não-comprovadas aos 14 anos, de acordo com um estudo publicado em setembro de 2021 no *British Journal of Developmental Psychology*. Muitos adolescentes também têm dificuldade em avaliar a credibilidade da informação online. Em um estudo de 2016 envolvendo quase 8.000 alunos estadunidenses, pesquisadores da universidade de Stanford descobriram que mais de 80% de alunos do Ensino Fundamental I acreditavam que uma publicidade rotulada como conteúdo pago era, na verdade, uma notícia jornalística. (MOYER, 2022).⁶

Melinda Wenner Moyer (2022), responsável pela pesquisa publicada na *Scientific American*, aponta que habilidade em operar as tecnologias da informação não se traduz, necessariamente, em habilidade para compreender e navegar com segurança no ambiente digital. Afinal, como visto anteriormente, competências infocomunicacionais (BORGES, 2017) e competências para interpretar, julgar criticamente e produzir textos midiáticos não são qualidades inatas e, sim, têm de ser ativamente desenvolvidas.

Atualmente, existem aproximadamente 4,65 bilhões de usuários de redes sociais no mundo e cada usuário gasta uma média de duas horas e 29 minutos por dia apenas nestas

⁵ “Schoolkids Are Falling Victim to Disinformation and Conspiracy Fantasies” (tradução minha).

⁶ “Children, it turns out, are ripe targets for fake news. Age 14 is when kids often start believing in unproven conspiratorial ideas, according to a study published in September 2021 in the *British Journal of Developmental Psychology*. Many teens also have trouble assessing the credibility of online information. In a 2016 study involving nearly 8,000 U.S. students, Stanford University researchers found that more than 80 percent of middle schoolers believed that an advertisement labeled as sponsored content was actually a news story” (tradução minha).

plataformas⁷. Um usuário de internet gasta, em média, cerca de 49 horas, por semana, navegando⁸.

O que isso significa para o jornalismo?

Que a sociedade em geral, isto é, público ao qual ele se volta, está cada vez mais conectada, mas não necessariamente mais capacitada para discernir a veracidade ou confiabilidade dos conteúdos consumidos on-line. Assim como não basta entregar a um aluno em idade escolar um tablet e considerá-lo apto, consciente e competente para navegar no ambiente on-line, os jornalistas também devem levar em consideração que parte do seu público não cresceu com todas essas tecnologias ao seu dispor, não recebeu uma formação voltada para a educação midiática e encontra-se despreparado para lidar com esse cenário.

Posto que, em breve, jovens como aqueles contemplados pela pesquisa de Moyer (2022) irão ingressar tanto na universidade quanto na vida pública, há de se considerar a dupla implicação disso para os cursos de Jornalismo. Eles terão que lidar com essa questão na gestão da comunicação com seus próprios públicos internos e, ainda, preparar os futuros jornalistas para lidar com o cenário da desinformação em seus cotidianos profissionais.

Tendo isso em vista, se faz necessário repensar dois pontos: a estrutura do modelo de educação vigente em todos os níveis de ensino; e como o Jornalismo, enquanto parte da mídia e, portanto, agente de socialização (BACCEGA, 2011), pode ajudar a responder a esse cenário. Nesse sentido, a ação dessa pesquisa de avaliar a presença da Educomunicação nas grades curriculares dos cursos de Jornalismo pode contribuir não apenas para medir os avanços do campo nos últimos anos, mas também para entender como suas técnicas e perspectivas podem estar informando a ação jornalística no futuro.

⁷ DIGITAL AROUND THE WORLD. DataReportal, 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/global-digital-overview>. Acesso em: 26 jun. 2022.

⁸ DIGITAL AROUND THE WORLD. DataReportal, 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/global-digital-overview>. Acesso em: 26 jun. 2022.

3 ANÁLISE DA EDUCOMUNICAÇÃO NOS CURSOS DE JORNALISMO DO NORDESTE

3.1 Percurso metodológico

A fim de avaliar a presença do campo da Educomunicação nos cursos de Jornalismo, bem como as vivências experienciadas por professores e alunos em sala de aula, se fez uso de estratégias de pesquisa documental e entrevistas estruturadas, a fim de produzir dados quali-quantitativos. O trabalho buscou compreender, prioritariamente, como a disciplina de Educomunicação se insere nos cursos de Jornalismo de universidades federais do Nordeste e que dimensões ela ganha nesse espaço acadêmico específico.

A região Nordeste é composta por nove estados (CENSO... 2022): Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. A fim de ter uma instituição para representar cada estado, foram analisados os currículos de graduação em Jornalismo, oferecidos por nove universidades federais da região. Nesse recorte, foram considerados os cursos de Jornalismo mais antigos, oferecidos nas capitais de cada estado. As universidades contempladas pelo estudo são: UFAL; UFBA; UFC; UFMA; UFPB; UFPE; UFPI; UFRN; e UFS.

A pesquisa teve início a partir da coleta de dados das grades curriculares e ementas disponibilizadas on-line pelas próprias instituições. Devido a uma variedade de fatores, esse processo de mapeamento e busca documental apresentou dificuldades e limitações. Os portais das universidades federais não são padronizados em termos de configuração e muitas vezes os telefones para contato não são atendidos ou não existem. Por isso, foi necessário mais tempo para familiarizar-se com cada site e localizar os dados desejados.

No processo de pesquisa, também se constatou que algumas das universidades não atualizam, de forma rotineira, as informações disponibilizadas publicamente, como os contatos dos cursos, grades e ementas de disciplinas, projetos pedagógicos vigentes, entre outros. Um exemplo disso é a transformação do curso de Comunicação Social - habilitação em Jornalismo para Bacharelado em Jornalismo, determinada pelo MEC em 2013. Por conta dessa mudança e da falta de atualização e saneamento dos dados nos portais de algumas universidades, informações sobre a estrutura e o conteúdo do antigo curso ainda estão disponíveis ao público, podendo causar confusão. Muitas instituições mantêm ativas páginas sobre a graduação de

Comunicação Social - habilitação em Jornalismo, que já foi extinta e substituída pelo Bacharelado de Jornalismo, sem, contudo, esclarecer esse ponto.

As páginas do antigo modelo de graduação muitas vezes apareciam preferencialmente em buscas no Google e nos próprios sites das instituições de ensino, desacompanhadas de um alerta ou opção de redirecionamento para as páginas atuais do curso. Esse foi o motivo pelo qual, inicialmente, foi difícil determinar se todas as instituições de ensino pesquisadas já haviam finalizado a migração para o Bacharelado de Jornalismo. Foi graças ao contato direto com os setores administrativos dos cursos que se constatou que as nove instituições de ensino já atuam sob o novo modelo.

Por conta da falta de saneamento de informações identificada em alguns portais universitários, foi necessário apurar e pedir confirmação aos setores administrativos sobre todas as grades curriculares e ementas disponíveis, antes de partir para a etapa de análise. Isso tornou o processo ainda mais lento, pois nem todos os números de telefone e endereços de e-mail apresentados nos portais oficiais das universidades estavam corretos. Mesmo quando estavam, algumas tentativas de contato não foram atendidas.

Durante a coleta de dados na UFBA, em conversa com os docentes, descobriu-se que apesar da Educomunicação não figurar como disciplina na atual grade curricular nem aparecer como tópico na ementa de outra matéria, a área de estudo já foi abordada de forma breve e experimental durante o currículo anterior. Isso ocorreu nas extintas disciplinas COM114 - Comunicação e Atualidades II, sob o professor Rodrigo Rossoni, e COM112 - Oficina de Comunicação Audiovisual, sob a professora Simone Bortoliero. Sendo assim, apesar de não integrar os dados numéricos da pesquisa, que levam em conta apenas as disciplinas previstas nas grades curriculares em vigência em 2023, retornou-se para resgatar as experiências da disciplina COM114 durante a etapa de entrevistas qualitativas do trabalho.

A partir estritamente das grades curriculares, constatou-se que apenas cinco universidades analisadas pela pesquisa faziam menção à Educomunicação em alguma matéria: UFAL, UFC, UFPB, UFMA e UFRN. Dessas, apenas duas – UFAL e UFC – já haviam oferecido a referida matéria em semestre letivo até 2023.1. Por isso, foi necessário considerar os fatores que podem ter influenciado na possibilidade de oferta da disciplina, no período desde sua inclusão na grade até a atualidade.

Para facilitar a visualização e a compreensão da informação coletada, foram elaboradas três tabelas com dados referentes à existência de disciplinas sobre Educomunicação por instituição de ensino; às naturezas obrigatória ou optativa; às ementas das matérias; entre outros.

Tendo em vista que uma minoria das instituições de ensino que possuem uma disciplina desse tipo no currículo, de fato, já a ofertaram, avaliar os casos de disponibilidade efetiva e prática da Educomunicação nesses cursos se tornou um ponto-chave para entender a inserção do campo nas graduações de Jornalismo.

Nesse momento, houve a necessidade de entrevistar professores que já ministraram uma disciplina sobre Educomunicação nos cursos de Jornalismo das universidades federais contempladas pelo trabalho. O principal objetivo foi rememorar vivências em sala de aula para obter um perfil qualitativo da inserção da disciplina na área acadêmica jornalística. Como mencionado anteriormente, além da UFAL e UFC, também foi considerada a experiência da UFBA durante essa etapa.

A pesquisa obteve um retorno positivo de dois docentes que já lecionaram aulas relacionadas à Educomunicação, indicados pelas administrações dos cursos de Jornalismo de suas respectivas universidades. Foram eles Ismar Capistrano Costa Filho da UFC e Rodrigo Rossoni da UFBA. A professora responsável pela disciplina oferecida na UFAL não respondeu às tentativas de contato, via e-mail.

Conduziu-se uma entrevista estruturada com Ismar Capistrano Costa Filho⁹, por meio de troca de e-mails e o envio de áudios no aplicativo de mensagens WhatsApp. A entrevista com o professor Rodrigo Rossoni¹⁰ ocorreu via videochamada e foi orientada por um roteiro inicial de perguntas, mas eventualmente seguiu um caminho mais espontâneo devido às possibilidades de diálogo e intervenção proporcionadas pela dinâmica da conversa ao vivo.

Além disso, visando atualizar as discussões do campo em relação ao universo jornalístico, devido ao seu considerável conhecimento e contribuição para o campo da

⁹ FILHO, Ismar Capistrano Costa. Ismar Capistrano Costa Filho: depoimento [abr. 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Generoso Carmo. Salvador, 2023. 5 arquivos .opus (9 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

¹⁰ ROSSONI, Rodrigo. Rodrigo Rossoni: depoimento [abr. 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Generoso Carmo. Salvador, 2023. 1 arquivo .mp3 (31 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

Educomunicação no Brasil e na América Latina, optou-se por conversar também com o pesquisador Ismar de Oliveira Soares¹¹. Essa conversa ocorreu via e-mail, a partir de um roteiro de perguntas pré-determinadas, sobre três pontos: os desafios ainda postos à Educomunicação no Brasil; a relevância da área para profissionais do jornalismo; e, por fim, a presença do campo nas instituições de ensino superior.

Os depoimentos de Ismar de Oliveira Soares, Ismar Capistrano Costa Filho e Rodrigo Rossoni foram articulados aos conceitos e problemáticas apresentados no Capítulo 2, assim como aos dados numéricos indicados na seção 3.2 do Capítulo 3, a fim de construir um entendimento mais dinâmico e humano da situação.

Por fim, a partir dos pontos de convergência e divergência nos relatos de sala de aula dos professores Ismar Capistrano Costa Filho e Rodrigo Rossoni, foram desenvolvidas algumas categorias de análise como: a obrigatoriedade ou não da disciplina no curso; o engajamento dos alunos; a abordagem das atividades práticas em campo; e como a relevância da Educomunicação para a formação de jornalistas foi trabalhada em sala de aula.

3.2 Grades curriculares e ementas

Essa pesquisa teve início a partir da análise das grades de disciplinas propostas para a graduação em Jornalismo de cada universidade federal. A diversidade de projetos pedagógicos entre as instituições significa que cada curso oferece uma trajetória customizada para a formação do estudante. O resultado disso é que nem todas as áreas de estudo possíveis estão presentes ou são abordadas, de maneira igual, nos cursos de todas as instituições.

Convém ressaltar que, até pouco tempo no Brasil, a formação do jornalista era rigidamente padronizada pelo poder público, tendo as universidades autorização apenas para complementar esse currículo (ANTONIOLI, 2018). No entanto, a partir da publicação da Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013, do Ministério da Educação, considerável liberdade foi concedida às instituições para a customização das grades curriculares do curso:

¹¹ SOARES, Ismar de Oliveira. Ismar de Oliveira Soares: depoimento [abr. 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Generoso Carmo. Salvador, 2023. 1 arquivo e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Art. 8º As instituições de educação superior têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontadas anteriormente. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2013. p, 5)

Das nove universidades analisadas pela pesquisa, 56% apresentam alguma disciplina que aborda a Educomunicação inserida na grade curricular (Tabela 1). Entre as universidades que possuem matérias com esse tópico, 80% oferecem a matéria em caráter optativo e 20% em caráter obrigatório. A UFAL é a única universidade da pesquisa em que a temática da educomunicação está inserida em uma disciplina obrigatória: JORN040 - Comunicação e Desenvolvimento Social. No entanto, vale ressaltar que nessa matéria a educomunicação é apenas um entre diversos tópicos a serem abordados no amplo universo transdisciplinar que envolve a comunicação e a área social.

Tabela 1 – Disciplinas que abordam Educomunicação na grade curricular de Jornalismo por instituição

INSTITUIÇÃO	Código	Obrigatória	Optativa
UFAL	JORN040	X	
UFBA	-	-	-
UFC	ICA1451		X
UFMA	COJO0115		X
UFPB	Não cadastrado		X
UFPE	-	-	-
UFPI	-	-	-
UFRN	COM0258		X
UFS	-	-	-

Antes de partir para a análise das ementas das disciplinas listadas na Tabela 1, são necessárias algumas ressalvas. A UFPE (UNIVERSIDADE... 2023) e a UFPI (UNIVERSIDADE... 2023) não possuem matérias que abordam a educomunicação. Entretanto, cada instituição apresenta uma disciplina optativa que relaciona educação e comunicação com outros enfoques. São elas, respectivamente: CO660 - Contribuições de Paulo Freire à Educação; e DCSO/CCE041 Jornalismo e Educação.

No caso da UFRN, além da disciplina COM0258 - Educomunicação, a grade de Jornalismo também apresenta outra optativa relacionada ao tema: COM0102 - Comunicação e Educação. A ementa dessa matéria não está cadastrada no Sistema Acadêmico da UFRN e, apesar da tentativa, não foi possível estabelecer contato com os docentes que já a ministraram para solicitar o material. Devido à impossibilidade de verificar se COM0102 - Comunicação e Educação aborda a educomunicação, ela não foi contabilizada na pesquisa (Tabela 1).

Dessa forma, a UFBA e a UFS são as únicas instituições de ensino do universo da pesquisa que não apresentam nenhuma disciplina voltada para Educomunicação ou para a interface Comunicação e Educação em suas grades curriculares atuais.

Entretanto, há uma distinção importante a se fazer entre a presença da disciplina no currículo do curso e a oferta, de fato, da matéria para o corpo discente da universidade. Apesar de 56% dos cursos de Jornalismo nas universidades pesquisadas preverem uma disciplina que aborda a educomunicação em suas grades, apenas 22%, de fato, já ofereceram a matéria em semestres letivos até 2023.1 (Tabela 2). Essa informação foi confirmada via contato telefônico e e-mail com as secretarias e os departamentos dos cursos.

A UFPB faz menção a uma disciplina de Educomunicação no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Jornalismo (UFPB... 2016), mas não possui código ou ementa registrados para tal matéria no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (UFPB... 2023). Quando procurada por telefone, a secretaria do curso informou que a disciplina ainda não foi ministrada nenhuma vez até o semestre letivo de 2023.1 (Tabela 2).

No caso da UFRN, a disciplina COM0258 - Educomunicação possui código e ementa registrados. Porém, após contato via e-mail com a docente Janaine Sibelle, que está na chefia do Departamento de Comunicação da instituição, confirmou-se que essa matéria também não foi ministrada até o semestre letivo de 2023.1.

Igualmente, quando procurada via e-mail, a coordenadora do curso de Jornalismo da UFMA, Michelly Carvalho, afirmou que apesar da disciplina COJO0115 - Educomunicação ter código e ementa registrada, ela ainda não foi oferecida.

Tabela 2 – Instituições que já ofereceram a disciplina em semestres letivos até 2023.1

INSTITUIÇÃO	Período Letivo de Entrada em Vigor	Código da disciplina	Disciplina foi ofertada em semestre letivo até 2023.1
UFAL	2014	JORN040	Sim
UFC	2020.1	ICA1451	Sim
UFMA	2020.2	COJO0115	Não
UFPB	2016.1	Não cadastrado	Não
UFRN	2017.1	COM0258	Não

A disponibilidade efetiva das disciplinas voltadas para Educomunicação previstas nas grades curriculares (Tabela 2), foi confirmada apenas em duas instituições: na UFAL, por virtude da disciplina JORN040 - Comunicação e Desenvolvimento Social ter caráter obrigatório; e na UFC, em contato com a secretaria do curso.

Para a análise, é importante observar que as mudanças curriculares que possibilitaram a oferta de disciplinas sobre educomunicação nos cursos de Jornalismo ainda são muito recentes. Das cinco universidades que contemplam a temática na grade, a UFAL tem o período letivo de entrada em vigor mais antigo – 2014 – que ainda assim não completou uma década.

Outro fator relevante a se considerar é o impacto da pandemia global do vírus Covid-19, que teve início em março de 2020, nas atividades das instituições de ensino superior brasileiras. A partir dessa data, por cerca de dois anos, as universidades federais funcionaram, majoritariamente, em modalidade de ensino remoto por determinação do MEC na Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020. Nesse período algumas disciplinas obrigatórias e optativas não foram oferecidas nos cursos, devido à dificuldade de adaptação ou comprometimento do conteúdo programático e das atividades nesse modelo.

Sendo a Educomunicação uma matéria que, em muitos casos, envolve o desenvolvimento de projetos práticos e idas à campo, é seguro supor que a implementação da

disciplina pode ter sofrido impactos e atrasos em algumas das universidades pesquisadas que a preveem na grade curricular. Assim, ainda é muito cedo para fazer afirmações categóricas sobre o sucesso da efetivação da disciplina nas grades curriculares de Jornalismo das instituições visadas pelo presente estudo.

Partindo para a análise das ementas e dos programas de disciplina disponíveis, é possível perceber abordagens bastante similares no que diz respeito ao conteúdo teórico e prático da Educomunicação (Tabela 3). O único ponto visivelmente destoante é a disciplina obrigatória JORN040 - Comunicação e Desenvolvimento Social da UFAL, que não tem a Educomunicação como objeto central.

Tabela 3 – Ementas das disciplinas

INSTITUIÇÃO	Código	Ementa
UFAL	(OB) JORN040	Comunicação e Desenvolvimento Social: O papel da comunicação no desenvolvimento social. Educomunicação. Comunicação e cidadania. O que é desenvolvimento social. Índices de desenvolvimento humano e comunicação social. Desenvolvimento sustentável e mídia. Projetos e programas de desenvolvimento social e mídia. Políticas de comunicação do Estado e desenvolvimento social.
UFC	(OP) ICA1451	Educomunicação: Relação comunicação e educação. Papel educacional dos meios de comunicação. Ecossistemas comunicativos em ambientes educacionais. Leitura crítica dos meios.
UFMA	(OP) COJO0115	Educomunicação: Conceitos de Educomunicação. Teorias da Comunicação e Educação. A presença da mídia na educação. Análise de ações educacionais. Projetos de educação, teoria e prática.
UFRN	(OP) COM0258	Educomunicação: A relação entre comunicação e educação. A formação de ecossistemas educativos. As tecnologias do áudio, do texto e da imagem na comunicação e na escola. A educação para a mídia. A interface educação/comunicação e seus reflexos nas práticas educativas e na formação de professores. Leitura crítica da mídia. O protagonismo dos atores sociais nas atividades de educação. Práticas laboratoriais de educação em áudio, do texto e da imagem

A ementa de JORN040 - Comunicação e Desenvolvimento Social aborda a área da educação dentro de um contexto teórico transdisciplinar, envolvendo a interseção da

Comunicação com outras áreas. Nessa proposta, o campo faz parte de um diálogo mais abrangente com estudos sobre desenvolvimento social e sustentável, cidadania e políticas de comunicação do Estado.

A função da Educomunicação nessa disciplina não está ligada a questões de práticas educacionais, no sentido de desenvolver oficinas e capacitações para empoderar sujeitos no uso dos meios, mas sim a um objetivo do campo apontado pelo professor Ismar Soares como "colocar o conceito a serviço de causas emergentes"¹².

Por sua vez, as ementas das disciplinas ICA1451, COJO0115 e COM0258 têm uma base teórica introdutória bastante similar. Ao pautar a educomunicação, elas se voltam para os estudos da interface Comunicação e Educação e abordam temas inerentes à educação midiática, como a presença da mídia na educação, leitura crítica dos meios ou o papel educacional dos meios de comunicação.

Das disciplinas optativas de Educomunicação analisadas, COM0258, presente na grade da UFRN, tem uma ementa bastante completa em relação aos conteúdos teóricos e práticos. Ela descreve a realização de projetos laboratoriais de educomunicação envolvendo áudio, texto e imagem. Entretanto, convém lembrar que essa matéria ainda não foi oferecida em nenhum semestre letivo e, portanto, não é possível avaliar a dinâmica dessa proposta em experiências práticas em sala de aula.

A disciplina COJO0115, presente na grade da UFMA, também apresenta propostas para estimular o desenvolvimento de projetos práticos. Entretanto, também não foi oferecida para o corpo discente até 2023.1 (Tabela 2) e, portanto, não se pode avaliar as vivências dessa proposta em sala de aula.

Em termos de ementa, as disciplinas COJO0115 e COM0258 são as únicas que fazem menção explícita ao desenvolvimento de atividades práticas. No entanto, também é possível verificar esse tipo de atividade no programa da disciplina ICA1451 oferecida pela UFC, cuja carga horária se divide em 44h teóricas e 20h práticas (INSTITUTO, 2023). A quarta e última unidade de estudo proposta no conteúdo programático de ICA1451 é voltada para o planejamento e a implementação de projetos de educomunicação. Ademais, a metodologia de

¹² A entrevista na íntegra com Ismar Soares encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

ensino da disciplina inclui aulas expositivas, leituras e apresentação de textos selecionados, análise de casos e atividades práticas (INSTITUTO, 2023).

O conteúdo programático da disciplina ICA1451 apresenta um importante ponto de destaque para essa pesquisa. A redação da sua Justificativa propõe uma concisa e incisiva defesa da relevância da Educomunicação para a formação profissional de jornalistas:

“A compreensão da relação entre a comunicação e educação possibilita o profissional do Jornalismo não só planejar e implementar projetos educativos nas escolas e em outros ambientes de formação, dialogando sobre as apropriações tecnológicas, as relações socioculturais e a leitura crítica da mídia. Introduce também uma reflexão sobre o papel social dos meios de comunicação nos processos educativos.” (INSTITUTO, 2023, p. 1)

A partir desse texto, entende-se que o curso de Jornalismo da UFC já apresenta uma preocupação em capacitar os estudantes para lidar com os desafios do cenário atual da Comunicação e visa reforçar a importância de reconhecer o papel dos meios nos processos educativos, como propôs Baccaga (2011).

Ao enfatizar a relevância da área da Educomunicação para o Jornalismo, a proposta da disciplina ICA1451 também reflete os dados atuais sobre a relação entre os dois campos. Em entrevista à presente pesquisa, Ismar Soares (2023) compartilha que os jornalistas representam 35% dos associados da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. Em um curso recente de atualização em Educomunicação oferecido pela mesma instituição, os jornalistas representaram 60% dos inscritos.

Conforme o professor, a educomunicação é uma valiosa ferramenta para fortalecer o perfil ético dos jornalistas como servidores da sociedade:

“Na verdade, boa parte dos projetos educacionais nas áreas sociais tem sido liderada por profissionais da área do jornalismo. A relevância da educomunicação para a formação de profissionais do jornalismo reside em sua contribuição para ampliar a capacidade de escuta e de empatia do trabalhador da mídia em relação à população marginalizada e seus problemas, fortalecendo seu perfil ético de servidor da sociedade” (SOARES, 2023.).

Entretanto, no Brasil, o vínculo entre os atores dos meios de comunicação e da área da Educação é relativamente novo e, ainda, superficialmente explorado. Soares lembra que, no período de 1980 a 2000, os principais jornais do país apoiaram a iniciativa de distribuir seus

exemplares em escolas “para leitura e análise de professores e alunos, em sala de aula”¹³, demonstrando certo interesse em fomentar a literacia midiática nas escolas.

Esse tipo de iniciativa conversa menos com as questões da Educomunicação, propriamente dita, e mais com o que Soares (2014) denominou protocolo cultural da Educação Midiática, que visa desenvolver um senso crítico em relação à mídia nos sujeitos. No entanto, ela pode ser considerada como um primeiro passo rumo à eventual aceitação e difusão de práticas educacionais, que ocorreu ao longo das duas décadas subsequentes.

“Na sequência, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto no Brasil, surgem propostas de veículos de comunicação especificamente voltados à educação, como foi o caso do Canal Futura, da Rede Globo (1997). Tais iniciativas nunca chegaram a ser acompanhadas pelos programas curriculares das Faculdades de Comunicação, com habilitação em jornalismo. Exemplo desta política foi a recusa da ECA/USP em considerar a hipótese de criar uma habilitação em Comunicação e Educação, na reforma curricular que promoveu em 1994”. (SOARES, 2023).

Apesar da resistência inicial em formalizar o campo no ensino superior, apontada neste trecho da entrevista concedida por Soares, sabe-se que graças ao diligente trabalho de pesquisadores da área, a Educomunicação foi conquistando um lugar legitimado em espaços acadêmicos. Prova disso está no fato de que, dez anos depois de serem incitadas a reformar suas grades devido à criação do Bacharelado em Jornalismo pelo MEC (2013), 56% das universidades federais pesquisadas no Nordeste optaram por inserir alguma disciplina voltada para o campo na formação de jornalistas (Tabela 1).

Soares apresenta uma perspectiva otimista em relação a esse dado, destacando também o considerável aumento de produções acadêmicas sobre jornalismo e educação no país: “Mais interessante, ainda, é constatar a íntima relação que os profissionais da educação e da comunicação passaram a manter, ao longo das duas últimas décadas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina”¹⁴, ressalta o professor.

A fim de aprofundar a análise sobre essa relação e abordar, sob uma perspectiva qualitativa, a presença de disciplinas relacionadas à Educomunicação nos cursos de Jornalismo de universidades federais nordestinas, a presente pesquisa buscou resgatar vivências com o tema em sala de aula, por meio de entrevistas com professores.

¹³ A entrevista na íntegra com Ismar Soares encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

¹⁴ A entrevista na íntegra com Ismar Soares encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

3.3 COM114: educomunicação no curso de Jornalismo da UFBA

Considerando que essa pesquisa tem origem na UFBA, há pertinência de investigar mais a fundo a questão da presença da Educomunicação no curso de Jornalismo da instituição. Apesar da grade curricular vigente de Jornalismo não apresentar nenhuma disciplina que aborde esse tema (Tabela 1), em conversa com os docentes da FACOM, foi possível resgatar a existência de uma breve experiência com Educomunicação, no período de 2012 a 2014, na extinta disciplina COM114 - Comunicação e Atualidades II, por intervenção do professor Rodrigo Rossoni.

Rodrigo Rossoni entrou para o quadro de professores da FACOM via concurso público, no ano de 2011, para ministrar aulas de Fotojornalismo, disciplina que à época era optativa. Devido à compulsoriedade de todos os docentes lecionarem ao menos uma matéria de caráter obrigatório, a partir do semestre de 2012.1 até 2014.2, Rossoni assumiu COM114 - Comunicação e Atualidades II (informação verbal)¹⁵.

Ele relata que quando recebeu a ementa da disciplina ela tratava de questões de atualidades relacionadas à Bahia. Sua antecessora na grade curricular, COM113 - Comunicação e Atualidades I, tinha um enfoque voltado para o tema a nível nacional. “Os professores tinham certa liberdade e flexibilidade para trabalhar conteúdos que tivessem aproximação com as nossas linhas de pesquisa nessas duas disciplinas”, esclarece Rossoni. “Como na grade da FACOM não tinha nada de Educomunicação, e eu vinha com o histórico de já ter dado aula, pesquisado e participado de eventos de Educomunicação, tive a ideia de trabalhar esses conteúdos na disciplina”.

O professor criou uma dinâmica teórico-prática para a disciplina. Num primeiro momento, haveria a apresentação dos elementos conceituais do campo, em sala de aula, com discussões. Posteriormente, os alunos da disciplina, cerca de 40 discentes por turma, deveriam elaborar e promover oficinas, que podiam ser de rádio, vídeo, fotografia, cinema ou jornalismo impresso, para comunidades locais. A ideia era que “os alunos pudessem sair da sala de aula e estabelecer relações com comunidades diversas, como ONGs e escolas públicas, e realizar as práticas educacionais com adolescentes e crianças, nessa lógica de ampliar o processo da comunicação e da relação com o mundo”, explica Rossoni.

¹⁵ A entrevista na íntegra com Rodrigo Rossoni encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

No entanto, o professor aponta que essa proposta sofreu certa resistência em sala de aula, identificando para isso dois possíveis motivos. Primeiro, a educomunicação não era um conteúdo que tradicionalmente fazia parte da formação de Jornalismo à época. Por isso, os estudantes podiam considerar que não era importante despender muito empenho no trabalho. Segundo, a dinâmica das atividades exigia um movimento, que os alunos saíssem da sala de aula e fossem à rua realizar essas oficinas com jovens de bairros periféricos.

Conforme o professor, a necessidade de deslocamento e interação para desempenhar a atividade, podem ter sido o maior impedimento. “É um momento que eu avalio que houve uma resistência à proposta. Criou um clima difícil, de uma coisa que não vai rolar”, conta Rossoni.

Vale ressaltar que essa leitura foi feita pelo próprio professor a partir das suas interações com os discentes e não reflete, necessariamente, as atitudes ou pensamentos dos alunos em relação à disciplina. É possível que se questionados os estudantes apontassem outros fatores, inclusive de ordem de afinidade pessoal com o tema, como maiores contribuintes para a sua relutância. Ou até mesmo que não identificassem em si uma resistência no mesmo grau que a notada pelo professor Rossoni.

Outro fator importante a ser considerado é que a proposta de realizar oficinas de educomunicação não foi dialogada com os alunos da disciplina, mas sim apresentada como uma tarefa, de cunho avaliativo, obrigatória. Não foram oferecidas pelo professor possibilidades de substituir a atividade prática em campo por outro tipo de trabalho sobre educomunicação, seja ele teórico ou até mesmo de criação de produto pelos discentes. Essa imposição, sobretudo por exigir a realização de uma prática que não é tradicional no exercício do jornalismo, também pode ter sido responsável grande parte da resistência dos alunos.

Após a realização das oficinas pela turma de 2012.1, o professor percebeu que alguns estudantes tinham se interessado e engajado bastante com a atividade, outros tinham participado de forma indiferente e, por fim, parte tinha realizado o trabalho por obrigação, mas tinha grande resistência à proposta. “Isso acabou interferindo, também, na dinâmica da aula”, conta Rossoni. “É claro que eu também sofro as implicações disso. Chegou um momento que eu me irritei com a resistência. Minha disposição também interferiu no processo, não estou só culpando os alunos”.

Algumas alterações foram feitas à dinâmica da disciplina nos semestres subsequentes, como uma redução da quantidade de aulas teóricas e um estímulo, desde cedo, para a formação de grupos para pensar nos projetos das oficinas práticas. A mudança resultou em algumas melhorias, mas não resolveu a questão como um todo.

“O problema principal era justamente o estudante sair da cadeira e pensar num espaço legal para fazer esses programas”, analisa Rossoni. “Eu queria que os estudantes realizassem coisas, não apenas ficassem na teoria ou na pesquisa. Jovens trabalhando com jovens. Talvez isso na faculdade de Educação teria dado mais certo”.

De fato, é importante considerar que realizar uma oficina educativa, que se fundamenta na relação ensino-aprendizagem, é uma dinâmica prática que muito se distancia daquela que é usual do jornalismo, envolvendo questões de seleção, apuração, entrevista e produção de mídias. Não seria estranho constatar que a maioria dos alunos de jornalismo não sentem a mesma afinidade por ensinar que os alunos de um curso da área da Educação. Por isso, pensar na inserção da Educomunicação neste curso deve envolver, obrigatoriamente, uma reflexão e adaptação para a realidade jornalística. Uma sugestão, no caso da experiência em COM114, seria abrir a possibilidade de os próprios discentes da disciplina produzirem conteúdos midiáticos voltados para a difusão ou ensino da Educomunicação.

Rodrigo Rossoni também fez uma ressalva em relação ao perfil do público da FACOM, no período em que COM114 foi ofertada com esta proposta. “Em 2011, o público era muito diferente do de hoje. Atualmente, temos uma grande quantidade de jovens que vem do Bacharelado Interdisciplinar e de jovens que vem de periferias, jovens negros, que até então não se tinha. Talvez a identificação desses jovens com esse tipo de trabalho seria mais interessante do que foi na época”, afirma.

Um outro ponto a se considerar, conforme o professor, é o perfil do quadro de docentes e dos cursos oferecidos pela FACOM. Nos anos 2000, ambos tinham um cunho mais acadêmico-teórico. “Então quando temos um trabalho que é voltado para ações práticas, como o da Educomunicação, isso acaba se desconectando um pouco do perfil do curso, como ele era naquele momento”, afirma.

Além disso, é importante notar que, na FACOM, a mudança curricular proposta pelo MEC (2013) para transformar a formação de Comunicação Social com habilitação em

Jornalismo para um curso de Bacharelado em Jornalismo só veio a fruição a partir do semestre letivo de 2023.1. Sendo assim, no período em que COM114 foi oferecida com esse enfoque na Educomunicação, o corpo discente e docente da FACOM ainda não havia passado por um movimento de reflexão e revisão do currículo, a fim de pensar sobre os conteúdos se mostram relevantes para o exercício do jornalismo na atualidade.

A atualização da grade curricular, a entrada de novos professores no quadro nos últimos anos e a mudança do público que frequenta a graduação de Jornalismo, graças ao amadurecimento do Bacharelado Interdisciplinar da UFBA e das cotas raciais e socioeconômicas, apontam que a FACOM vive um novo momento em 2023. O conjunto desses fatores pode significar que uma outra experiência com Educomunicação em sala de aula, atualmente, seria mais atrativa e bem-vinda.

Em entrevista à pesquisa, Rossoni concorda que a inserção da temática da educomunicação numa disciplina obrigatória pode ter sido parcialmente responsável pelo desgaste vivido em sala de aula. “Acredito que uma disciplina optativa de Educomunicação, hoje, teria um resultado melhor do que o daquela época. Seria muito mais interessante e caberia muito mais nesse fluxo que o Bacharelado Interdisciplinar já ganhou na UFBA. Essa transdisciplinaridade contribuiria bastante para as práticas educacionais”, destaca o professor¹⁶. É importante observar, no entanto, que apesar da recente mudança no projeto pedagógico do curso de Jornalismo da UFBA, aprovado em 2022, nenhuma matéria sobre o tema foi considerada para a nova grade.

Ao observar o mapeamento realizado pela pesquisa no Nordeste, 80% das universidades federais que oferecem uma disciplina voltada à educomunicação na grade de Jornalismo o fazem em caráter optativo. A abordagem optativa apresenta alguns benefícios que atenderiam aos problemas identificados pelo professor Rossoni, sobretudo no que diz respeito ao interesse e engajamento dos alunos na matéria. Não é errado supor que os estudantes que optassem por se inscrever numa disciplina, sabendo que ela envolve ações práticas em educomunicação, teriam alguma afinidade pela dinâmica de ir à campo.

No entanto, é importante lembrar que as disciplinas de caráter optativo tendem a não serem oferecidas de maneira consistente nos cursos, dependendo da disponibilidade e vontade

¹⁶ A entrevista na íntegra com Rodrigo Rossoni encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

de serem ministradas pelos docentes a cada semestre. Por conta disso, até 2023.1 (Tabela 2), de quatro cursos em universidades distintas que a preveem como optativa, a disciplina de Educomunicação só foi oferecida em um deles.

Apesar da recente reforma curricular da FACOM não incluir uma disciplina, optativa ou obrigatória, envolvendo Educomunicação, convém destacar que uma busca no Repositório Institucional da UFBA, atualmente, mostra 14 trabalhos nesse universo oriundos da Faculdade (REPOSITÓRIO... 2023). Além disso, duas ex-alunas da disciplina COM114 seguiram para produzir trabalhos de conclusão de curso sobre o tema, orientadas pelo professor Rossoni. No futuro, há de se considerar a crescente relevância do campo para a área do Jornalismo, conforme apontado por Ismar Soares (2023), na elaboração de disciplinas, grupos de pesquisa e outros, no âmbito da FACOM.

4.4 ICA1451: educomunicação no curso de Jornalismo da UFC

Na entrevista concedida pelo professor Ismar Capistrano Costa Filho, docente da UFC e pesquisador da área da cidadania comunicativa, foi possível conhecer uma experiência bastante diversa daquela vivida na UFBA. A partir da matriz implementada em 2020.1, ICA1451 - Educomunicação começou a fazer parte da grade de Jornalismo da UFC (Tabela 2). A matéria foi ministrada pela primeira em 2021.1, pela docente Rosane Nunes, doutora em Educação pela UFRN. A partir da segunda turma, realizada em 2022.1, a disciplina foi assumida pelo professor Ismar Capistrano Costa Filho. Atualmente, em 2023.1, o docente está ministrando a matéria para a terceira turma do curso.

“Para que possamos ter a garantia à comunicação, que implica na liberdade de expressão e na visibilidade social dos diferentes grupos, é fundamental que tenhamos consciência do que é esse direito. Eu acredito que a educomunicação pode favorecer o exercício desse direito, por isso decidi lecionar essa disciplina”, relata Costa Filho (informação verbal)¹⁷.

Similarmente à dinâmica da extinta matéria COM114 da FACOM, a disciplina ICA1451 tem dois principais momentos: o teórico e o prático. Em 2022.1, a estrutura utilizada

¹⁷ A entrevista na íntegra com Ismar Capistrano Costa Filho encontra-se transcrita no Apêndice C desta monografia.

foi de oito encontros iniciais para discutir os textos e autores do campo – entre eles Mario Kaplún, Peruzzo, Paulo Freire, Ismar Soares e Kelner – assim como os estudos de caso que relacionam a Comunicação e a Educação. Depois, foram disponibilizadas duas aulas para planejar os projetos práticos de leitura crítica da mídia e das plataformas digitais.

Durante as demais aulas, os estudantes foram à campo e realizaram quatro intervenções: duas na escola estadual Governador Adauto Bezerra, com turmas do 2º ano do Ensino Médio; e duas com os agentes de comunicação popular da Rede Cuca (Centro Urbano de Cultura e Arte).

Na escola Adauto Bezerra, a turma da disciplina apresentou trechos do filme *O Dilema das Redes* (2020), que foram complementados com outras informações ligadas à educomunicação e à cidadania comunicativa. Em seguida, cada estudante de ICA1451 ficou responsável por provocar o diálogo com os alunos da escola sobre uma parte do filme. Conforme Costa Filho, os alunos do 2º ano do Ensino Médio participaram da dinâmica, mas não houve muita empolgação. “Notamos a concentração deles, só alguns poucos que não prestaram atenção”, relata o professor.

A ação na Rede Cuca teve um enfoque similar nas questões de direito à comunicação, mas um público diverso, considerando se tratar de um espaço de educação não-formal gratuito voltado para jovens da periferia, de 15 a 29, fomentado pela Prefeitura de Fortaleza desde 2009 (REDE... 2023). Conforme a webpage do projeto:

“Cada equipamento possui uma infraestrutura que conta com salas multiuso, estúdios de rádio, música, TV e fotografia, salas de artes cênicas, teatro, cinema, ginásio poliesportivo, piscinas semiolímpica e infantil, quadra de areia, salas de artes marciais e biblioteca. Mensalmente, são ofertadas cerca de 6.500 mil vagas, somando práticas esportivas, cursos de artes (dança, teatro e música), cursos de formação (nas áreas de tecnologia, linguagens, ciência e educomunicação), além de oficinas e capacitações profissionais”. (REDE... 2023)

A intervenção desenvolvida pela disciplina ICA1451 voltou-se para os jovens monitores bolsistas da Rede Cuca, que foram escolhidos como Agentes de Comunicação Popular e estavam iniciando o processo de capacitação para começarem a atuar. Foram formadas duas turmas: uma matutina e uma vespertina. Conforme relato do professor, a primeira foi receptiva às discussões fomentadas sobre os interesses que estão por trás das plataformas digitais e as consequências políticas, psicológicas e sociais da política editorial dos algoritmos. Já a segunda

teve um posicionamento de enfrentamento às críticas à internet, defendendo seu papel enquanto espaço de autonomia e liberdade de expressão, principalmente para os movimentos sociais que utilizam as redes como ferramenta para se articularem.

“Foram experiências interessantes, mas foram ações pontuais”, ressalta o professor Costa Filho. “Não podemos chamar de projeto de educomunicação porque não é continuado. Foi uma ação de leitura crítica para a mídia, que teve um bom resultado, na minha opinião principalmente para os estudantes da disciplina”.

Sobre a experiência em sala de aula, Ismar Capistrano Costa Filho relata que “o engajamento dos estudantes da disciplina ultrapassou as expectativas”. Ele faz a ressalva que a turma do semestre de 2022.1 era relativamente pequena, composta por oito discentes, mas que todos se envolveram com a dinâmica proposta. Em 2023.1, essa realidade já aumentou e a turma atual conta com o dobro de estudantes.

“Não sei dizer qual o fator do crescimento da turma”, respondeu o professor, que explica que a turma de 2023.1 é formada, majoritariamente, por discentes do 3º e 4º semestre e que a turma de 2022.1 era formada por estudantes próximos de concluir o curso. Por isso, ele não acredita que os estudantes tenham tido contato entre si para influenciar na decisão de cursar ou não a matéria. “Tenho notado que muitos estudantes da turma atual têm interesse na área da Educação porque os pais são professores”, pondera. “Mas muitas vezes os alunos escolhem a disciplina que eles têm como fazer no horário em que estão livres”.

É possível supor que o caráter optativo da disciplina tenha tido uma influência positiva no interesse e no engajamento dos estudantes de ICA1451, em contraste com a experiência em COM114 na FACOM. Também vale ressaltar que, diferentemente do ocorrido na FACOM com o professor Rodrigo Rossoni e a matéria COM114, o professor Costa Filho não se viu obrigado a assumir ICA1451 por um motivo de força maior, como uma norma interna, e, sim, da mesma forma que seus alunos, escolheu participar da disciplina.

Outro fator relevante é o tamanho da turma. Enquanto as turmas de ICA1451 tiveram entre oito e dezesseis alunos, por conta do seu caráter obrigatório, as turmas de COM114 tinham entre trinta e quarenta estudantes, em média. Os impactos de todas essas circunstâncias na dinâmica docente-discente em sala de aula devem ser considerados ao se avaliar o engajamento dos estudantes em sala de aula.

Em seu relato, o professor Costa Filho destaca que a relevância da educomunicação para a formação de profissionais de jornalismo está ligada ao caráter transversal do campo, que pode se voltar para questões como desinformação, debate público nas redes sociais, discursos de ódio, entre outros. A perspectiva do professor, que está em consonância com as indagações da presente pesquisa, sobretudo as preocupações atuais do Jornalismo voltadas para desinformação e fake news relacionadas à jovens (MOYER, 2022), pode ser um outro fator a favor do engajamento dos alunos.

Como mencionado anteriormente, a Justificativa presente no programa da disciplina ICA1451 (INSTITUTO, 2023), demonstra um claro e lúcido entendimento da importância da Educomunicação, especificamente, para a atuação do Jornalismo. Utilizada para nortear as atividades desenvolvidas na disciplina, essa perspectiva customizada para a realidade do jornalista pode contribuir positivamente para a forma como a Educomunicação é enxergada, pelos próprios discentes do curso, na sua formação profissional, melhorando o entendimento, a aceitação e a valorização da temática em sala de aula.

Assim como o professor Rodrigo Rossoni, Ismar Capistrano Costa Filho não acredita que a disciplina Educomunicação deveria ser obrigatória no curso de Jornalismo. Entretanto, defende que o tema deveria ser, obrigatoriamente, tratado nas demais disciplinas da referida graduação. Ele explica que, no caso da Universidade Federal do Ceará, isso acontece na disciplina obrigatória ICA1414 - Comunicação, Cidadania e Direitos Humanos.

“O jornalista tem como papel principal a questão da formação da opinião pública, de atender à necessidade social da informação. Ter uma audiência mais crítica fortalece esse papel social do Jornalismo”, afirma Costa Filho. “Para você ter uma informação qualificada e poder articular com o seu contexto, você precisa de um letramento, de uma educação para os meios de comunicação. Então acho que a Educomunicação pode contribuir nesse sentido, democratizando os meios, garantindo o direito à comunicação - que é um papel de todo cidadão”, finaliza.

O professor, assim como os autores e pesquisadores citados no capítulo dois, defende que a discussão dessa interface Comunicação e Educação, na área da Comunicação, é fundamental. Além disso, acrescenta: “Acredito que devem ter cursos específicos na área a

nível de pós-graduação e graduação para quem quer se dedicar prioritariamente à comunicação educativa”¹⁸.

¹⁸ A entrevista na íntegra com Ismar Capistrano Costa Filho encontra-se transcrita no Apêndice C desta monografia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa avaliou a inserção e as dinâmicas do campo da Educomunicação nas graduações de Jornalismo em universidades federais nordestinas. Através da análise das grades curriculares, verificou-se a existência de disciplinas relacionadas à educomunicação em 56% dos cursos das nove universidades investigadas. No entanto, em contato com as chefias dos respectivos cursos, demonstrou-se que apenas 22% já ofereceram a disciplina, até o semestre letivo de 2023.1.

Por meio de entrevistas com docentes que já ministraram a disciplina nas instituições pesquisadas, foi possível resgatar e registrar vivências em sala de aula com Educomunicação, permitindo a análise de pontos em comum e divergências, assim como de desafios postos ao campo na área acadêmica do Jornalismo.

Durante a análise, a questão da obrigatoriedade ou não da disciplina, dentro da grade do curso, apareceu como um dos pontos-chave para o entendimento das diversas experiências tidas em sala de aula. Uma das principais vantagens de a matéria ter caráter optativo é a possibilidade do campo da Educomunicação penetrar no espaço acadêmico do Jornalismo, lugar que não ocupa tradicionalmente.

Outro ponto a favor dessa opção é que ela permite que se matriculem na matéria apenas alunos que tenham algum interesse em realizar os tipos de projeto de ensino-aprendizagem tipicamente exigidos pelos professores da disciplina, dinâmica de campo que difere bastante da usual no Jornalismo. Esse fator pode reduzir a resistência de estudantes desse curso ao tema, como aquelas experimentadas em sala de aula na disciplina obrigatória COM114. Como visto anteriormente, ao escolher cursar a matéria, de certa forma os estudantes de ICA1451 já estavam confirmando uma afinidade com o assunto e suas atividades práticas, ponto que foi percebido positivamente pelo professor da disciplina.

No entanto, a escolha por optativas não parte apenas de uma afinidade teórica, como pontuado pelo professor Costa Filho, mas também de questões práticas do cotidiano dos discentes, como compatibilidade de horários, quantidade de optativas ofertadas em um semestre, entre outros. Mesmo alunos que não se identificam com o tema da Educomunicação podem acabar optando por cursar a disciplina, em determinado momento, se ela estiver disponível e for conveniente para cumprir a carga horária que necessitam. Por outro lado, alunos

que têm interesse pelo campo também podem ser privados da oportunidade de cursar a matéria se ela não for oferecida em semestres letivos ou se for oferecida, mas não de forma compatível ou conveniente com suas demais obrigações.

Por isso, não é possível afirmar que o caráter obrigatório ou optativo de uma disciplina, por si só, determina o nível de engajamento dos discentes. Pesquisas futuras com interesse em investigar esse quesito devem atentar para a existência de outras questões, como: a estrutura, as propostas e a execução da disciplina na prática; os perfis dos estudantes que a cursam; e as características dos cursos e das instituições que oferecem a matéria, assim como dos locais onde essas se encontram.

Sobre esse primeiro fator, podemos destacar no universo da pesquisa que, diferentemente das oficinas propostas em COM114 pelo professor Rossoni, que objetivavam capacitar o público visado para criar produtos midiáticos, as intervenções de ICA1451 com o professor Costa Filho voltaram-se para a leitura crítica das mídias sociais. Ambos os temas têm base no amplo universo da Educomunicação, no entanto, cada um apresenta particularidades que devem ser levadas em consideração, tanto para os estudantes da disciplina, que prepararam e ministraram as capacitações, quanto para o público ao qual eles se voltaram.

As oficinas de produção de mídias de COM114 demandaram mais encontros entre os estudantes da disciplina e seus públicos, perpassando etapas como: introdução teórica dos meios e linguagens; orientação para o desenvolvimento das atividades; aulas para a produção e ajuste dos produtos; e, finalmente, um momento para a apresentação dos produtos finais. Entretanto, essas oficinas também apresentaram um maior potencial lúdico e criativo, tanto para quem as ministrou quanto para quem delas participou, dando espaço para explorar gostos e preferências na produção cultural.

As oficinas de leitura crítica dos meios realizadas na matéria ICA1451 exigiram menos encontros entre os estudantes da disciplina e seus públicos, o que pode ter contribuído para uma dinâmica mais leve e menos desgastante para ambas as partes. Ao apresentar trechos de um filme e propor diálogos sobre as redes sociais, foi possível engajar a participação do público-alvo, que pode se identificar com as situações discutidas, sem exigir tanto tempo de preparação e execução quanto para se criar um produto midiático. Contudo, por conta da pontualidade das ações desse modelo, a relação entre os discentes da disciplina e seu público também foi limitada, podendo surtir efeitos menos eficazes para seu objetivo final.

Uma questão que deve ser levada em conta ao avaliar os resultados de disciplinas voltadas para Educomunicação que visam atividades práticas em campo é que o universo do ensino-aprendizagem é uma área de atuação distante do exercício tradicional da profissão do jornalista. Por isso, a inclusão desse tipo de dinâmica na matéria, sem um trabalho de adaptação para dialogar com a realidade do Jornalismo, pode não ser atraente para a maioria dos discentes desse curso.

Nesse sentido, também é importante e necessário reconhecer que a Educomunicação pode ser integrada em uma ampla gama de disciplinas de Jornalismo em caráter estritamente teórico, sem prejuízo para seus inúmeros benefícios para o campo, listados pelo professor Ismar Soares¹⁹. É o que aparenta ser o caso da disciplina JORN040 - Comunicação e Desenvolvimento Social da UFAL, que emprega a educomunicação de maneira interdisciplinar para aprofundar os estudos sobre o papel da Comunicação nesse universo.

Tenham elas pretensões práticas ou meramente teóricas, a pesquisa mostra que também há claras desvantagens em disciplinas que abordam a Educomunicação serem apenas optativas. Conforme os dados do trabalho, 60% das universidades pesquisadas que possuem uma matéria sobre o tema no currículo ainda não a ofereceram uma única vez em semestre letivo. Isso porque, devido ao caráter optativo, para serem oferecidas essas disciplinas dependem do desejo de algum docente do quadro efetivo das universidades em efetivá-las.

Ter sua efetivação condicionada pela vontade arbitrária dos professores apresenta algumas implicações negativas para a inserção da Educomunicação na área do Jornalismo. Na ausência de docentes do curso que, por condições próprias, tenham alguma proximidade com o campo, essas disciplinas não serão oferecidas. Consequentemente, os discentes do curso, futuros jornalistas, também não entrarão em contato com o campo durante a graduação, deixando de conhecer suas contribuições para seu exercício profissional.

Sem algum tipo de estímulo ou intervenção, esse fenômeno pode criar uma falsa ou ilusória presença da Educomunicação nos cursos de Jornalismo. Isto é, a matéria até consegue ser inserida nos projetos pedagógicos no momento da renovação das grades curriculares do curso, mas por falta de demanda efetiva, tanto de discentes quanto de docentes, nunca se concretiza.

¹⁹ A entrevista na íntegra com Ismar Soares encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

Para realmente avaliar a presença da Educomunicação nos cursos de Jornalismo de universidades federais do Nordeste, levando em conta que a maioria das disciplinas sobre o assunto são optativas, é necessário ponderar a questão da concretização da presença. Isto é, se além de ser inserida nas grades curriculares a matéria está sendo oferecida para os discentes e, caso sim, com que tipo de frequência. Atualmente, a realidade estudada reflete menos uma inserção firme e efetiva e mais uma presença ocasional ou pontual da Educomunicação nos cursos de Jornalismo.

Conforme visto ao longo das análises de caso, para uma integração bem-sucedida da disciplina no currículo desse curso, é imprescindível que ela seja trabalhada em constante diálogo com o universo do jornalista – seja na educação e conscientização dos públicos sobre as *fake news*, nos debates sobre democracia digital e direito à comunicação nas redes sociais ou em projetos de jornalismo comunitário. Falhar em entender as especificidades que marcam a relação Educomunicação e Jornalismo pode resultar na permanência do fenômeno da falsa ou ilusória presença do primeiro campo no segundo.

Isto é, sem uma verdadeira compreensão da relevância dessa relação, os cursos de Jornalismo podem até incluir o campo da Educomunicação em suas grades curriculares, como têm feito, mas não haverá demanda nem dos docentes nem dos discentes em busca da real materialização da disciplina no cotidiano acadêmico. Nessa situação, deixam de ganhar todos – jornalistas, educadores, acadêmicos e a sociedade em geral.

Referências

A ABPEDUCOM. Elaborada pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/abpeducom/quem-somos/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

ALVES, Januária Cristina. Os nativos digitais são alvos fáceis para as fake news. **Nexo**, [S. l.], p. s/n, 17 fev. 2022. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2022/Os-nativos-digitais-s%C3%A3o-alvos-f%C3%A1ceis-para-as-fake-news>. Acesso em: 26 maio 2022.

ANTONIOLI, Maria Elisabete. Diretrizes Curriculares e cursos de Jornalismo: a formação do jornalista à luz da legislação educacional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 4, n. 15, p. 182-197, jun. 2018. Disponível em: <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/217>. Acesso em: 05 abr. 2023.

BACCEGA, Maria Aparecida. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 253 p. ISBN 9788535627466.

BUCKINGHAM, David. **Media education: Literacy, learning and contemporary culture**. 1. ed. Cambridge, UK: Polity Press, 2003. 219 p. ISBN 9780745628295.

BORGES, Jussara. A contribuição das pesquisas em competências infocomunicacionais ao conceito de Media and Information Literacy. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, ed. especial, p. 27-46, jan/jul 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/667>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CENSO Demográfico 2022. 2022. Elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 253 p. ISBN 9788535627466.

CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Vitória, 2007. Disponível em: https://fenaj.org.br/legislacao-profissional/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros/. Acesso em: 6 abr. 2023.

DIGITAL AROUND THE WORLD. DataReportal, 2022. Disponível em: <https://datareportal.com/global-digital-overview>. Acesso em: 26 jun. 2022.

FACULDADE de Comunicação da UFBA: Jornalismo – Fluxograma de Jornalismo (a partir de 2023). Jornalismo – Fluxograma de Jornalismo (a partir de 2023). Disponível em: <https://facom.ufba.br/portal/pagina/11/jornalismo>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FACULDADE de Comunicação da UFBA: Jornalismo – Projeto pedagógico do curso de Jornalismo. Jornalismo – Projeto pedagógico do curso de Jornalismo. 2021. Disponível em: <https://facom.ufba.br/portal/pagina/11/jornalismo>. Acesso em: 07 abr. 2023.

FERRO, Marco Antônio. **Mapa Cajueira**: uma curadoria de conteúdos produzidos pelo jornalismo independente dos estados do nordeste. Uma curadoria de conteúdos produzidos pelo jornalismo independente dos estados do Nordeste. 2023. Disponível em: <https://www.mapacajueira.com/>. Acesso em: 21 maio 2023.

FÍGARO, Roseli; BACCEGA, Maria Aparecida. Sujeito, comunicação e cultura. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 253 p. ISBN 9788535627466.

FILHO, Ismar Capistrano Costa. **Ismar Capistrano Costa Filho**: depoimento [abr. 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Generoso Carmo. Salvador, 2023. 5 arquivos .opus (9 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

FREIRE, Paulo. **Comunicação ou Extensão**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 93 p. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira.

GALLAS, Luciano. O que as afinidades políticas revelam sobre o negócio da comunicação no Brasil: Proprietários da mídia no Brasil. **Le Monde Diplomatique Brasil**, [S. l.], 14 ago. 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/proprietarios-da-midia-afinidades-politicas-e-o-negocio-da-comunicacao/>. Acesso em: 21 maio 2023.

GRADUAÇÃO licenciatura em educomunicação. Elaborada pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/graduacao/licenciatura-em-educomunicacao>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INSTITUTO de Cultura e Arte Universidade Federal do Ceará: Jornalismo Documentos. Jornalismo Documentos. Disponível em: <https://www.jornalismo.ufc.br/documentos>. Acesso em: 07 abr. 2023.

INSTITUTO de Cultura e Arte Universidade Federal do Ceará: Jornalismo Matriz Curricular de 2020. Jornalismo Matriz Curricular de 2020. Disponível em: <https://www.jornalismo.ufc.br/matriz-2020>. Acesso em: 07 abr. 2023.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Brasil). **Media Ownership Monitor Brasil**: pluralidade na mídia. Pluralidade na mídia. 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/destaques/>. Acesso em: 21 jun. 2023.

INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (Brasil). **Media Ownership Monitor Brasil**: quem são os donos. Quem são os donos. 2017. Disponível em: <http://brazil.mom-gmr.org/br/destaques/transparencia/>. Acesso em: 21 maio 2023.

MACEDO, Lurdes. Educação e literacia para os media na promoção da cidadania. **SOPCOM: Repensar os Media: Novos Contextos da Comunicação e da Informação**,

Portugal, ed. 4, 2005. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/37493>. Acesso em: 25 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020**. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. [S. l.], 17 jun. 2020. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/3185/portaria-mec-n-544>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. [S. l.], 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19121&Itemid=866. Acesso em: 5 abr. 2023.

MOYER, Melinda Werner. Schoolkids Are Falling Victim to Disinformation and Conspiracy Fantasies. **Scientific American**, [s. l.], 1 fev. 2022. DOI 10.1038/scientificamerican0222-34. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/schoolkids-are-falling-victim-to-disinformation-and-conspiracy-fantasies/>. Acesso em: 26 jun. 2022.

REDE Cuca: Canal Juventude. Canal Juventude. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: <https://juventude.fortaleza.ce.gov.br/rede-cuca>. Acesso em: 01 maio 2023.

REPOSITÓRIO Institucional da UFBA. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ufba/501/simple-search?location=ufba%2F501&query=educomunica%C3%A7%C3%A3o&filter_field_1=all&filter_type_1=contains&filter_value_1=Faculdade+de+Comunica%C3%A7%C3%A3o&rp=60&sort_by=score&order=DESC&etal=0&submit_search=Update. Acesso em: 16 abr. 2023.

ROSSONI, Rodrigo. **Rodrigo Rossoni**: depoimento [abr. 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Generoso Carmo. Salvador, 2023. 1 arquivo .mp3 (31 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice B desta monografia.

SÃO PAULO (Município). Lei nº 13.941, de 28 de dezembro de 2004. Institui o Programa EDUCOM-Educomunicação pelas ondas do rádio, no Município de São Paulo, e dá outras providências. São Paulo, SP, 29 dez. 2004. Disponível em: <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13941-de-28-de-dezembro-de-2004/detalhe>. Acesso em: 09 abr. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 15-26, 2014. DOI: 10.11606/issn.2316-9125.v19i2p15-26. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/72037>. Acesso em: 4 abr. 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional a aplicação**: contribuições para a reforma do Ensino Médio. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 102 p. ISBN 9788535627527.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2011. 253 p. ISBN 9788535627466.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Ismar de Oliveira Soares**: depoimento [abr. 2023]. Entrevistadora: Ana Carolina Generoso Carmo. Salvador, 2023. 1 arquivo e-mail. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

UFC – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas: Jornalismo (Fortaleza) curso nível graduação. Jornalismo (Fortaleza) curso nível graduação. Disponível em: https://si3.ufc.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=71171931&lc=pt_BR. Acesso em: 07 abr. 2023.

UFMA Estrutura Curricular: Jornalismo – Imperatriz. Jornalismo – Imperatriz. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/22843856>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UFPB Detalhes da Estrutura Curricular: Jornalismo – João Pessoa. Jornalismo – João Pessoa. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UFPB – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas: PPC do curso de Jornalismo de 2016. PPC do curso de Jornalismo de 2016. 2016. Disponível em: <https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=1626775>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UFRN: Curso de Jornalismo. Curso de Jornalismo. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=118835329&lc=pt_BR&nivel=G. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal de Alagoas: Jornalismo – disciplinas. Jornalismo – disciplinas. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/graduacao/jornalismo/disciplinas-1>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal de Alagoas: Jornalismo – Institucional – Projeto Pedagógico. Jornalismo – Institucional – Projeto Pedagógico. 2014. Disponível em: <https://ichca.ufal.br/pt-br/graduacao/jornalismo/institucional/projeto-pedagogico>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco: Curso de Jornalismo – Bacharelado (CAC). Curso de Jornalismo – Bacharelado (CAC). Disponível em: <https://www.ufpe.br/jornalismo-bacharelado-cac>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal de Sergipe: Estrutura curricular – Jornalismo. Estrutura curricular – Jornalismo. Disponível em: <https://www.sigaa.ufs.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/24785071>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal do Piauí: Estrutura curricular – Jornalismo. Estrutura curricular – Jornalismo. Disponível em: <https://sigaa.ufpi.br/sigaa/link/public/curso/curriculo/26845096>. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Norte: Componente Curricular: COM0258 – Educomunicação. Componente Curricular: COM0258 – Educomunicação. Disponível em: https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/relatorio_curriculo.jsf. Acesso em: 07 abr. 2023.

UNIVERSIDADE Federal do Rio Grande do Norte: Estrutura curricular – Jornalismo. Estrutura curricular – Jornalismo. Disponível em: <https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/curso/curriculo.jsf>. Acesso em: 07 abr. 2023.

VÍDEO aula – Educomunicação.mov. [S.I]: Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, 2012. (15 min.), P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8iMyk4ddXZI&ab_channel=M%C3%ADdiasnaEduca%C3%A7%C3%A3oNCE-USP. Acesso em: 04 abr. 2023.

APÊNDICE A: ENTREVISTA ISMAR SOARES

A fim de atualizar as questões envolvendo educomunicação, com atenção para a presença do campo na área do Jornalismo, essa pesquisa conversou por e-mail com o professor Ismar Soares sobre três pontos: os desafios ainda postos à Educomunicação no Brasil; a relevância da área para profissionais do jornalismo; e, por fim, a presença do campo nas instituições de ensino superior. A entrevista está transcrita a seguir, sem alterações a não ser as de natureza gramatical e ortográfica, com as perguntas identificadas em negrito e as respostas precedidas das iniciais do professor Ismar Soares – IS.

Após cerca de 26 anos do início dos estudos do NCE-USP voltados à educomunicação e 12 anos desde a criação do curso de licenciatura em educomunicação na USP, quais os desafios ainda postos à concretização do que o senhor chama de utopia da educomunicação no Brasil?

IS: Dados objetivos demonstram que o conceito da Educomunicação referenda ações que mobilizam, cada vez com maior frequência, pessoas e comunidades em todo o país. Uma rápida visita ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES permite identificar que foram produzidas, no Brasil, nas últimas duas décadas, um total de 497 pesquisas acadêmicas sobre o conceito e sua prática, com a produção, em média, de 44 novos trabalhos a cada ano. Em seu conjunto, tais trabalhos vêm sendo realizados a partir de 121 centros de pós-graduação, de diferentes regiões do Brasil, em 48 áreas do conhecimento.

Este quadro deixa evidenciado, em primeiro lugar, o caráter transdisciplinar do conceito e, em segundo, a abrangência territorial de sua intervenção. Estas foram certamente algumas das razões pelas quais a Academia Brasileira de Letras decidiu incorporar o neologismo “educomunicação” ao léxico da língua portuguesa, em julho de 2021, fazendo uso, para tanto, da definição proposta pelo NCE/USP para o novo paradigma, no final dos anos 90.

A CAPES e a ABL permitem reconhecer que, de certa forma, a Educomunicação converteu-se de uma utopia alimentada por grupos na base da mobilização social em sonho coletivo junto a setores da sociedade, envolvendo organizações sociais e sistemas educativos, até mesmo no âmbito das políticas públicas. Cumpre-se, assim, a meta idealizada pelo NCE quando atendeu as primeiras solicitações de cooperação para aplicar o referencial no combate à violência nas escolas (Educom.rádio, São Paulo 2001-2004) e no enraizamento da educação ambiental (Educomunicação Socioambiental, MMA, a partir de 2005).

O que esperar para o futuro? Que desafios temos pela frente? Pessoalmente, apresento três. Em primeiro lugar, manter uma vigilância epistemológica na difusão do conceito, o que se faz por uma avaliação permanente das ações e pela manutenção do ritmo das pesquisas acadêmicas na área, em todo o país, garantindo, assim, a correção de desvios e a necessária coerência entre a teoria e as práticas;

Em segundo lugar, ampliar as políticas públicas voltadas à educomunicação, em áreas como a educação, a sustentabilidade, a saúde e a assistência social, com ações que fortaleçam o compromisso com a dialogicidade e participação cidadã;

Finalmente, colocar o conceito a serviço de causas emergentes, como o convívio com a natureza. Na verdade, a educomunicação deve favorecer que os jovens possam transformar-se em protagonistas deste processo de consolidação da luta pelos Direitos da Terra. A grande utopia é justamente o envolvimento das novas gerações num debate nacional que gere pressão pública em torno da defesa da sobrevivência da Terra, em favor das futuras gerações.

Qual a relevância do campo da educomunicação para a formação de profissionais do Jornalismo no nosso país?

IS: Os jornalistas representam 35% dos associados da ABPEducom. Em recente curso de atualização em educomunicação oferecido pela mesma instituição, os jornalistas representaram 60% dos inscritos. Na verdade, boa parte dos projetos educacionais nas áreas sociais tem sido liderada por profissionais da área do jornalismo. A relevância da educomunicação para a formação de profissionais do jornalismo reside em sua contribuição para ampliar a capacidade de escuta e de empatia do trabalhador da mídia em relação à população marginalizada e seus problemas, fortalecendo seu perfil ético de servidor da sociedade.

Em uma apuração preliminar em nove universidades federais do Nordeste, encontrei que 55% dos cursos de Jornalismo ofertam uma disciplina que aborda a educomunicação. Em apenas uma universidade, essa disciplina tem caráter obrigatório para a formação do estudante. Que leitura podemos fazer desses dados?

IS: Em passado não tão distante – falamos dos anos entre 1980-2000-, a área da comunicação passou a ver a educação como um possível âmbito de consumo de suas produções, fato que levou os principais jornais do país a apoiar a iniciativa de distribuir exemplares em escolas para leitura e análise de professores e alunos, em sala de aula. O primeiro jornal brasileiro a adotar esta política foi o Zero Hora, de Porto Alegre, em 1980.

A partir desta década, temos notícia de que mais de mil jornais norte-americanos haviam se integrado ao programa denominado NIE (Newspaper In Education). Na sequência, tanto na Europa e nos Estados Unidos quanto no Brasil, surgem propostas de veículos de comunicação especificamente voltados à educação, como foi o caso do Canal Futura, da Rede Globo (1997). Tais iniciativas nunca chegaram a ser acompanhadas pelos programas curriculares das Faculdades de Comunicação, com habilitação em jornalismo. Exemplo desta política foi a recusa da ECA/USP em considerar a hipótese de criar uma habilitação em Comunicação e Educação, na reforma curricular que promoveu em 1994.

A sistematização do conceito da Educomunicação (NCE/USP / 1999) e o êxito de seu emprego por jornalistas independentes, em mobilizações como a exercida, em diferentes partes do Brasil, pela Rede CEP - Comunicação/Educação/Participação, nos inícios dos anos 2000,

sob lideranças como a do jornalista Gilberto Dimenstein, passaram a mudar esta perspectiva: a educomunicação ganha legitimada nas universidades, em atividades de extensão cultural, assim como em pesquisas acadêmicas (TCCs, dissertações e teses doutorais), chegando ao ensino formal (bacharelado, na UFCG e licenciatura, na USP). Já não havia mais razão para o silêncio em relação à educação por parte dos currículos voltados à formação de comunicadores.

O fato de 55% dos cursos de jornalismo mantidos por nove universidades federais no Nordeste terem adotado disciplinas optativas sobre Educomunicação faz eco a esta nova realidade. É interessante, neste sentido, assinalar para o considerável aumento de artigos acadêmicos e de produções de dissertações e de teses sobre jornalismo e educomunicação, facilmente encontráveis numa busca na Internet. Mais interessante, ainda, é constatar a íntima relação que os profissionais da educação e da comunicação passaram a manter, ao longo das duas últimas décadas, não só no Brasil mas em toda a América Latina.

Os dados mostram um visível reconhecimento por parte dos gestores curriculares sobre a legitimidade do conceito e sua aplicabilidade à área da produção comunicativa, especialmente.

APÊNDICE B: ENTREVISTA RODRIGO ROSSONI

A fim de resgatar as vivências com Educomunicação em sala de aula na UFBA, a pesquisa entrevistou o professor Rodrigo Rossoni via videoconferência. As respostas foram gravadas em formato .mp3, com duração de 31 minutos. Segue abaixo a transcrição na íntegra, sem alterações, editada apenas para garantir a clareza e coesão. As perguntas estão identificadas em negrito e as respostas precedidas das iniciais do professor – RR.

Quando você começou a dar aula na FACOM e por quantos semestres ministrou a disciplina COM114 - Atualidades II, dando enfoque ao tema da Educomunicação?

RR: Quando cheguei na FACOM, meu concurso era para Fotojornalismo e a disciplina ainda não era obrigatória. Com a mudança do currículo, que já estavam prevendo que iria ocorrer por volta de 2013, fizeram o concurso para ter o professor de Fotojornalismo. Em 2011.2, comecei com disciplinas dentro da minha área, Fotojornalismo, Teorias da Imagem e Oficina de Fotografia. Só que as três eram optativas. No início de 2012.1, o Departamento criou uma resolução que dizia que os professores não podem dar só disciplinas optativas. A obrigatória que estava disponível para mim, naquele momento, era a de Comunicação e Atualidades II. A ementa dela, inicialmente, tratava mais de questões relacionadas às atualidades da Bahia. A disciplina de Comunicação e Atualidades I tratava de questões a nível Brasil. Então os professores tinham certa liberdade e flexibilidade para trabalhar conteúdos que tivessem aproximação com as nossas linhas de pesquisa.

O que motivou a decisão de incluir esse campo de estudo na disciplina?

RR: Como na grade da FACOM não tinha nada de Educomunicação, e eu vinha com o histórico de já ter dado aula, pesquisado e participado de eventos de Educomunicação, com meu doutorado em Educação, tive a ideia de trabalhar esses conteúdos na disciplina. Quando cheguei, propus uma disciplina que fosse teórico-prática, como a própria dinâmica da educomunicação. Iríamos trabalhar os elementos conceituais e daí partir para práticas educacionais com rádio, vídeo, fotografia, televisão, cinema, jornalismo impresso, etc. Para que os alunos pudessem sair da sala de aula e estabelecer relações com comunidades diversas, como ONGs e escolas públicas, e aí realizar essas práticas com jovens, adolescentes, crianças, nessa lógica de ampliar o processo da comunicação, de linguagem, da relação com o mundo. As escolhas por qual linguagem utilizar na oficina seriam definidas de acordo com as afinidades do público-alvo em questão. Então os estudantes da FACOM fariam oficinas com a apresentação das várias atividades e os alunos escolheriam qual meio mais agradava para a execução da parte prática.

Como foi a recepção dos alunos?

RR: Num primeiro momento, isso gerou duas questões. Na cabeça dos estudantes, a Educomunicação era um conteúdo que não fazia parte da formação de Jornalismo. E eles teriam que sair para a rua, realizar coisas com os jovens de bairros periféricos. É um momento que eu avalio que teve uma certa resistência à proposta da disciplina. Como a disciplina de

Comunicação e Atualidades II estava voando, meio solta, alguns alunos talvez não quisessem empreender tanto esforço. Isso acaba interferindo também na dinâmica da aula, quando você vê que eles estão resistentes. Cria um clima difícil, de uma coisa que não vai rolar.

O que eu fiz, num primeiro momento: as oficinas aconteceram e eu percebi que uma parcela da turma curtiu muito fazer, uma que fez legal e uma que não curtiu, fez obrigado. Eu procuro me apegar a quem fez e curtiu. Tanto é que tiveram pessoas que fizeram TCC depois. Tem essa questão da contribuição social que a Comunicação pode fazer, de sentir que ajudou o outro.

A partir dessa primeira experiência, o que mudou na dinâmica da disciplina?

RR: Algumas alterações foram feitas à dinâmica da disciplina nos semestres subsequentes. Tentei adiantar o processo das discussões em grupo e diminuir as aulas iniciais com teorias. Desde cedo, incentivá-los a formar os grupos de trabalho para irem pensando nas ideias dos projetos. Aos poucos, nós íamos discutindo e eu ia passando orientações em sala de aula para tentar algo mais dinâmico.

RR: Isso melhorou um pouco mas não resolveu o problema todo, porque o principal era justamente o estudante sair da cadeira e pensar num espaço legal para fazer esses programas. Eu queria que eles realizassem coisas, não apenas ficassem na teoria ou na pesquisa. Jovens trabalhando com jovens. Talvez isso na faculdade de Educação teria dado mais certo. Considerando que o público da FACOM em 2011 é muito diferente do de hoje. Hoje tem uma grande quantidade de jovens na FACOM que vem do B.I também e da própria FACOM tem mais jovens que vem de periferias, jovens negros, que até então você não tinha. Em 2011 já estava com um movimento, mas hoje já está muito maior. Talvez essa identificação desses jovens com esse tipo de trabalho seria mais interessante do que foi na época.

O que acha da questão da obrigatoriedade da disciplina no curso?

RR: O erro foi a disciplina ser obrigatória. Na verdade, eu que a inseri numa disciplina obrigatória. Eu também passo por isso com disciplinas de Fotografia. E é claro que eu também sofri as implicações disso [naquela época]. Chegou um momento que eu me irritei com a resistência [dos alunos]. Então no último semestre eu sai das questões da Educomunicação para trabalhar Teorias da Imagem. Minha disposição também interferiu no processo, não estou só culpando os alunos. Num primeiro momento me empolguei, acreditando [que daria certo], com o primeiro retorno eu começo a ficar mais reticente e aí depois não vai bem. Mas se essa disciplina fosse optativa talvez a relação seria outra.

Se hoje eu oferecesse uma disciplina de Educomunicação, voltada para ações práticas, na graduação da FACOM como optativa, seria para um público supostamente interessado em trabalhar as dinâmicas. Acho que seria muito mais interessante, caberia muito mais nesse fluxo que o Bacharelado Interdisciplinar já ganhou na UFBA e na FACOM. Tem muitos alunos da FACOM que vieram do Bacharelado Interdisciplinar. Essa interdisciplinaridade e transdisciplinaridade seria muito mais possível nessas práticas hoje.

Ao seu ver, o que dificulta a inserção do campo na grade da Facom? Não temos nenhuma disciplina ou grupo de pesquisa voltado para o tema na graduação ou na pós-graduação.

RR: Como eu vim de fora, tenho duas coisas para observar. A FACOM teve uma inclinação, nos anos 2000 para cá, muito voltada para a questão acadêmica e para a pós-graduação. A graduação ficou um espaço de formação, mas havia um sentido de que os alunos saíssem dali pesquisadores e caminhassem para a pós-graduação. Eu não sentia isso como uma graduação que se voltasse para o mercado de trabalho. Não estou dizendo que isso é bom ou ruim, estou avaliando dentro do perfil do curso. Então quando temos um trabalho que é voltado para ações práticas isso acaba se desconectando um pouco desse perfil do curso, até então naquele momento.

Acredito que uma disciplina como essa, hoje, como uma optativa, teria um resultado melhor do que foi na época como obrigatória. Agora, 12 anos depois, os alunos vão se constituindo junto com os novos professores, nesse perfil. Com o tempo temos percebido que a pós-graduação vem sofrendo seus embates. A pessoa faz a pós e aí vai fazer o que da vida? As faculdades privadas não acolhem mais e quando fazem pagam uma miséria. A disputa em concurso para a FACOM é altíssima.

Dei aula em disciplinas voltadas para Educomunicação numa faculdade privada no Espírito Santo. Quando chegou na FACOM foi um processo muito engessado. Sempre achei que a graduação na FACOM era engessada, desde que eu cheguei. Eram professores que davam aula na graduação que desprezavam a graduação, só queriam estar na pós-graduação. Isso contamina o curso. A mudança que a FACOM tem sofrido é a chegada de muitos novos professores.

APÊNDICE C: ENTREVISTA ISMAR CAPISTRANO COSTA FILHO

A fim de resgatar as vivências com Educomunicação em sala de aula na UFC, a pesquisa entrevistou o professor Ismar Capistrano Costa Filho via e-mail e mensagens de áudio no aplicativo de mensagens WhatsApp. Segue abaixo a transcrição na íntegra, sem alterações, editada apenas para garantir a clareza e coesão. As perguntas estão identificadas em negrito e as respostas precedidas das iniciais do professor – IC.

Quando começou e há quanto tempo ministra a disciplina ICA1451 - Educomunicação?

IC: Esta disciplina começou a fazer parte da matriz em 2020.1. Foi ministrada a primeira vez em 2021.1 pela professora Rosane Nunes que é especialista na área (doutorado em Educação pela UFRN). Em 2022.1, ministrei a segunda turma e agora estou ministrando a terceira. Pesquisa cidadania comunicativa (direito à comunicação), que possui um dos eixos a alfabetização midiática e informacional.

Qual a dinâmica utilizada em sala de aula? Exposição ou debates teóricos? Projetos de oficinas práticas?

IC: Os primeiros 8 encontros são para discussão de textos (Kaplun, Peruzzo, Freire, Ismar Soares, Kelner...) e casos que relacionem a comunicação e educação. Tiramos duas aulas para planejar capacitações de leitura crítica da mídia e das plataformas digitais. As demais aulas realizamos estas capacitações em escolas e outros espaços de educação não formal.

Como avalia, em média, a recepção e o engajamento dos alunos com o assunto?

IC: Na única turma que ministrei a disciplina, o engajamento ultrapassou as expectativas. Realizamos três capacitações com o envolvimento de todos os estudantes. Era uma turma pequena com 8 discentes. Agora temos uma turma com o dobro de estudantes. Ainda não iniciamos o planejamento das atividades fora de sala de aula.

Qual a relevância do campo da educomunicação para a formação de profissionais do Jornalismo no nosso país

IC: Especificamente com o jornalismo, a relação da comunicação educativa é transversal, mais voltada para questões como desinformação, debate público nas redes sociais, discursos de ódio.

Acredita que a disciplina deveria ter caráter obrigatório no curso?

IC: Não. O tema deve ser obrigatoriamente tratado em disciplinas do Jornalismo, no nosso caso acontece na obrigatória Comunicação, Cidadania e Direitos Humanos na UFC. Na área da Comunicação, a discussão é fundamental. Acredito que devem ter cursos específicos na área a nível de pós-graduação e graduação para quem quer se dedicar prioritariamente na comunicação educativa.

Por que motivo você escolheu lecionar essa disciplina?

IC: Eu trabalho com a questão do direito da comunicação e cidadania comunicativa. É fundamental para que possamos ter essa garantia, que implica na liberdade de expressão e na visibilidade social dos diferentes grupos nos meios de comunicação, que tenhamos consciência do que é esse direito à comunicação e através dessa leitura crítica da mídia e dessa consciência que somos sujeitos proativos na comunicação que eu acredito que a educomunicação pode favorecer o exercício desse direito, por isso que decidi lecionar essa disciplina.

Pode falar mais a fundo sobre as capacitações realizadas pelos alunos? Em que locais ocorreram? Como foi a relação com o público-alvo?

IC: Nós realizamos quatro capacitações: duas na Escola Estadual Governador Adauto Bezerra, com turmas do 2º ano do Ensino Médio, sobre leitura crítica das mídias sociais. Nós apresentamos um trecho do filme “O Dilema das Redes” e depois apresentamos algumas informações que complementam e resgatam as ideias do filme, recapitulamos, cada estudante da disciplina ficou com uma parte para provocar o diálogo com os alunos da escola. Essa capacitação foi participativa, não teve muita empolgação, mas teve participação. Notamos uma atenção bem concentrada deles, só alguns poucos que não prestaram atenção.

Realizamos, também, mais duas capacitações com os agentes de comunicação popular da Rede Cuca (Centro Urbano de Cultura e Arte), que tem em alguns bairros de Fortaleza. Ele também tem uma área voltada para a Comunicação, com estúdio de rádio e televisão. Lá os jovens se inscrevem para cursos. É voltado para os jovens, principalmente, da periferia. Eles têm alguns jovens monitores bolsistas que são escolhidos como os agentes de comunicação popular. Nesse período em que demos a disciplina, eles estavam iniciando o processo de formação para começar a atuar como monitores. Nós formamos duas turmas, uma de manhã e outra de tarde. A da manhã foi bem receptiva, discutindo os interesses que estão por trás das plataformas digitais e as consequências políticas, psicológicas e sociais dessa política editorial dos algoritmos, o que é audiência, permanência e monetarização. A turma da tarde já veio com um posicionamento contrário à crítica à internet, dizendo que ela era um espaço de autonomia, liberdade de expressão, que muitos movimentos sociais se articulam nas redes

Foram experiências interessantes, mas foram ações pontuais. Não podemos chamar de projeto de educomunicação porque ele tem um planejamento e é continuado. Foi uma ação de leitura crítica para a mídia, que teve um bom resultado, na minha opinião principalmente para os estudantes da disciplina.

Ao quê você atribui o crescimento do tamanho da turma de 2022.1 para 2023.1?

IC: Não sei dizer qual o fator do crescimento da turma. Não acredito que tenha sido fruto dessas ações ou nada de exitoso na disciplina de 2022.1, porque aquela foi uma turma feita de estudantes muito próximos de concluir o curso. Os estudantes que estão fazendo a disciplina agora são, na maior parte, do 3º ou 4º semestre. Tenho notado que têm muitos estudantes que têm interesse na área da Educação porque os pais são professores. Acho que são

muitos fatores, como o que tem disponível de optativas a cada semestre, porque o curso não oferta muitas. Muitas vezes eles escolhem a disciplina que têm como fazer no horário em que estão livres.

Você disse que o tema deve ser obrigatoriamente tratado em disciplinas do Jornalismo. Na sua experiência, o que é que a educomunicação pode oferecer para a área que ainda não está sendo trabalhado ou abordado?

IC: Acho que o jornalista tem como papel principal a questão da formação da opinião pública, de atender à necessidade social da informação. Dentro desse papel, ele sabe que os meios de comunicação são bem restritivos para o exercício do jornalista, tem interesses que vão ao encontro dos interesses da relevância pública, dos critérios de noticiabilidade e o público precisa compreender isso. A audiência precisa ser crítica. Até mesmo para entender como o jornalismo está sendo exercido, qual é o jornalismo que atua de uma forma que cumpre o seu papel social e ético, e qual não faz. Ter uma audiência mais crítica fortalece esse papel social do jornalismo. E para você ter uma informação qualificada e poder articular com o seu contexto, você precisa de um letramento, de uma leitura para os meios de comunicação e de uma educação para os meios de comunicação. Então acho que a Educomunicação pode contribuir nesse sentido, democratizando os meios, garantido o direito à comunicação - que é um papel de todo cidadão.

ANEXO A - UFMA Ementa COJO0115

EDUCOMUNICAÇÃO

I – EMENTA

Conceitos de Educomunicação. Teorias da Comunicação e Educação. A presença da mídia na educação. Análise de ações educacionais. Projetos de educomunicação, teoria e prática.

II – OBJETIVOS

Estimular o desenvolvimento de projetos de educomunicação e a compreensão das relações existentes entre os campos da comunicação e educação, a partir da análise de teorias, ações e projetos de educomunicação.

III – BIBLIOGRAFIA

Básica

CITELLI, Adilson O., COSTA, M. C. C. (org.). Educomunicação: construindo uma nova área do conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Extensão ou Comunicação? 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985

GAIA, Rossana Viana. Educomunicação & mídias. São Paulo: EDUFAL, 2001.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: o conceito, o profissional e a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011.

Complementar

MARTÍN-BARBERO, J. (2014). A comunicação na educação. São Paulo: Contexto.

SCHAUN, Ângela. Educomunicação: reflexões e princípios, Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

SOARES, Sueli Galli Soares. Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação/otimismo exacerbado e lucidez pedagógica. São Paulo: Cortez, 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. in Contato, Brasília, Ano 1, N 1, jan/mar. 1999, p. 19-74

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação. Lisboa: Presença, 1999.

ANEXO B - UFBA Ementa COM114 do semestre 2014.1

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA		PROGRAMA DE COMPONENTES CURRICULARES				
	SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA						
SECRETARIA GERAL DOS CURSOS							
COMPONENTE CURRICULAR							
CÓDIGO	NOME						
COM114	Comunicação e atualidade II						
Docente: RODRIGO ROSSONI							
CARGA HORÁRIA				MÓDULO			SEMESTRE VIGENTE
T	P	E	TOTAL	T	P	E	
38	30		68	38	30		
EMENTA						2014.1	
<p>Relações entre comunicação, sociedade e atualidade baiana. Enlaces e mutações da sociedade e da comunicação na Bahia contemporânea. A Bahia e o cenário nacional e internacional: o local e o global. Debate da atualidade baiana. Aspectos metodológicos de análises de conjuntura. Análises de conjunturas a partir de materiais comunicacionais. A disciplina terá como produto textos de caráter acadêmico e/ou jornalísticos.</p>							
OBJETIVOS							
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir a relação dos meios de comunicação no processo de organização da sociedade contemporânea; • Compreender as questões sociais, culturais, políticas e econômicas que medeiam as relações entre a comunicação e a sociedade : rádio, tv, internet, fotografia, jornal impresso. • Avaliar projetos culturais e políticas comunicacionais de intervenção em comunidades de Salvador. • Discutir os conceitos de culturas juvenis: metrópole, mídias e culturas urbanas; • Conhecer os processos de produção do conhecimento praticados pela escola e pelas mídias: os meios de comunicação nos processos educativos formais e não-formais; • Discutir e aplicar os conceitos de Educomunicação; • Desenvolver práticas Educomunitivas por meio de produtos comunicacionais em Salvador. 							
METODOLOGIA							
<ul style="list-style-type: none"> • Aulas expositivas dialogadas; • Estudos dirigidos • Debates • Apresentação de textos por meio de Seminários; • Exibição de material audiovisual: filmes e vídeos, seguidos de discussão e produção de resenhas. • Orientação a grupos para a realização de oficinas em Educomunicação 							

AVALIAÇÃO

- Apresentação de seminários a partir de textos orientados pelo professor;
- Produção de artigo científico;
- Realização de oficinas de Educomunicação em comunidades de Salvador

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- A comunicação e a produção de conhecimento na contemporaneidade;
- As questões tecnológicas. As inovações e a sociedade em rede : novos meios de sociabilidade.
- Comunicação e cidadania: redes sociais e mobilização em Salvador
- Comunicação, metrópoles e culturas urbanas: as culturas juvenis na Bahia
- A comunicação e a educação: interfaces
- A educomunicação: histórico, concepções teóricas e metodológicas.
- Sociedade contemporânea e novos regimes de visualidades ;
- Espaços e tempos de ensinar e aprender : tecnologias de comunicação na educação
- As práticas educacionais e as implicações no processo de intervenção em comunidades de Salvador : estudo de casos ;
- Análise crítica dos meios de comunicação ;
- O vídeo e a educação ;
- O cinema e a educação ;
- A fotografia e a educação ;
- A televisão e a educação ;
- O rádio e a educação ;
- O jornal impresso e a educação ;
- Os blogs e a educação ;
- Os quadrinhos e os desenhos animados e a educação ;

BIBLIOGRAFIA

CITELLI, Adilson. **Comunicação e Educação: a Linguagem em Movimento**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 3. Ed. São Paulo : Cortez, 2005.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____
--